

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**

MÔNICA DAS VIRGENS SANTOS

**RESPONSABILIDADE SOCIAL: UM ESTUDO DAS AÇÕES
SOCIAIS DO INSTITUTO LUCIANO BARRETO JÚNIOR EM
ARACAJU - SE**

SÃO CRISTÓVÃO/SE

2020

MÔNICA DAS VIRGENS SANTOS

**RESPONSABILIDADE SOCIAL: UM ESTUDO DAS AÇÕES SOCIAIS DO
INSTITUTO LUCIANO BARRETO JÚNIOR EM ARACAJU - SE**

Monografia apresentada ao Departamento de Administração do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Sergipe, em cumprimento às normas do Estágio Curricular regulamentadas pela Resolução nº 69/2012/CONEPE, para obtenção da Graduação em Administração de Empresas.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rosângela Sarmiento Silva

**SÃO CRISTÓVÃO/SE
2020**

FOLHA DE APROVAÇÃO

MÔNICA DAS VIRGENS SANTOS

RESPONSABILIDADE SOCIAL: UM ESTUDO DAS AÇÕES SOCIAIS DO INSTITUTO LUCIANO BARRETO JÚNIOR EM ARACAJU – SE

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao Departamento de Administração do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial à obtenção do Grau de Bacharel em Administração.

Conceito Final: _____

Aprovado em ____ de ____ de _____

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dra. Rosangela Sarmiento Silva
Orientadora

Prof.^a Dra. Thais Ettinger Oliveira

Prof. Dr. Jefferson David Araujo Sales

DEDICATÓRIA

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente a Deus, por me guiar pelos melhores caminhos e por me manter forte nessa longa jornada.

Agradecer aos meus pais, em especial a minha mãe, que me deu apoio e incentivo nas horas difíceis, além de cuidar da minha pequena.

Ao meu companheiro, Diego, que esteve comigo em todos os momentos, incentivando e dando apoio, aguentando as crises de estresse e cuidando da nossa filha sempre quando eu precisei, muito obrigada pelo seu apoio incondicional.

Às minhas irmãs e às minhas sobrinhas por me ouvirem e me incentivarem nos momentos difíceis.

A essa Instituição que me ofereceu todos os recursos técnicos para que esse trabalho fosse realizado e por isso agradeço.

Aos professores reconheço e agradeço profundamente a confiança e a orientação. Sem eles não teria conseguido, em especial minha orientadora, Prof^ª. Dr^ª. Rosângela Sarmiento Silva, pela paciência e ajuda.

Aos amigos que fiz nessa jornada, em especial Ana Paula, Bruna, Paulo, Wellington, Clésia e Karina, obrigada por toda amizade, compreensão e incentivo dessa jornada.

A quem não mencionei, mas fez parte do meu percurso, eu deixo um profundo agradecimento, porque com toda certeza tiveram um papel determinante nesta etapa da minha vida.

“Não fui eu que ordenei a você? Seja forte e corajoso! Não se apavore nem desanime, pois o Senhor, o seu Deus, estará com você por onde você andar”.

Josué 1:9

RESUMO

Esta pesquisa teve o objetivo de identificar como as ações sociais do Instituto Luciano Barreto Júnior (ILBJ) desenvolvem a qualidade de vida de jovens e adolescentes em situação de risco social e/ou pessoal da cidade de Aracaju-SE. Como método foi realizado uma pesquisa de campo de natureza qualitativa, com coleta de dados por meio de entrevista semiestruturada com a diretora e coordenadora pedagógica do ILBJ e observação simples dos alunos e do instituto. Os dados coletados foram analisados de forma qualitativa entre os objetivos da pesquisa, o roteiro de entrevista, a observação e o referencial teórico. Os resultados mostraram que o perfil predominante dos jovens que são atendidos pelo Instituto Luciano Barreto Júnior é composto por rapazes e moças entre 14 e 24 anos em situação de risco social e/ou pessoal. Identificou-se que o papel do Instituto Luciano Barreto Júnior é complementar à escola pública, favorecendo a escolaridade dos jovens, no mundo do trabalho e da cidadania. As consequências sociais decorrentes da atividade do Instituto Luciano Barreto Júnior promovem impacto social, econômico e pessoal, além da melhoria na qualidade humana dos jovens. As parcerias governamentais do instituto influenciam nas realizações dos projetos sociais quando alguns problemas fogem da estrutura do instituto. Os projetos do ILBJ auxiliam na redução da criminalidade dos jovens, dando-lhes novas perspectivas e oportunidades e demonstrando que com a educação pode-se transformar vidas.

Palavras-chave: Responsabilidade Social; Ética; Ações Sociais.

ABSTRACT

This research aimed to identify how the social actions of the Luciano Barreto Júnior Institute (ILBJ) develop the quality of life of young people and adolescents in situations of social and / or personal risk in the city of Aracaju-SE. As a method, a qualitative field research was carried out, with data collection through semi-structured interview with the director and pedagogical coordinator of ILBJ and simple observation of the students and the institute. The collected data were analyzed in a qualitative way among the research objectives, the interview script, the observation and the theoretical framework. The results showed that the predominant profile of young people who are assisted by the Luciano Barreto Júnior Institute is composed of boys and girls between 14 and 24 years of age in situations of social and / or personal risk. It was identified that the role of the Luciano Barreto Júnior Institute is complementary to the public school, favoring the education of young people, in the world of work and citizenship. The social consequences of the Luciano Barreto Júnior Institute's activity promote social, economic and personal impact, in addition to improving the human quality of young people. The institute's government partnerships influence the achievements of social projects when some problems are outside the institute's structure. ILBJ projects help to reduce youth crime, giving them new perspectives and opportunities and demonstrating that with education, lives can be transformed.

Keywords: Social Responsibility; Ethics; Social Actions.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Delineamento da pesquisa.....	14
Figura 2- Modelo dos três domínios da Responsabilidade Social Empresarial.....	23
Figura 3 – Organograma ILBJ.....	32
Figura 4 – Planejamento da pesquisa.....	32
Figura 5 – Projetos ILBJ.....	39
Figura 6 – Oficinas ILBJ.....	42

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Objetivos do ILBJ.....	30
Quadro 2 – Categorias e elementos de análise.....	33
Quadro 3 – Projetos ILBJ.....	38
Quadro 4 – Oficinas ILBJ.....	40
Quadro 5 – Depoimentos sobre o ILBJ.....	46

LISTA DE SIGLAS

ILBJ - Instituto Luciano Barreto Júnior

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ABRINQ - Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

ADCE - Associação dos Diretores Cristãos de Empresas

ANA - Anuário Brasileiro de Educação Básica

ANEEL - Agência Nacional da Energia Elétrica

CVM - Comissão de Valores Mobiliários

IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

ISP - Investimento Social Privado

NSE - Nível Socioeconômico

OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

RDH - Relatório de Desenvolvido Humano

TAC - Termos de Ajuste de Conduta

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICOS	14
1.2 PROBLEMA DE PESQUISA	14
1.3 JUSTIFICATIVA	15
2 REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1 INCLUSÃO SOCIAL.....	16
2.2 RESPONSABILIDADE SOCIAL	18
2.3 ÉTICA NAS ORGANIZAÇÕES.....	27
3 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO.....	30
4 DELINEAMENTO METODOLÓGICO	32
4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	32
4.2 PARTICIPANTES DA PESQUISA	32
4.3 COLETA DE DADOS.....	33
4.4 ANÁLISE DE DADOS	33
4.4.1 Categorias e elementos de análise	33
4.5 PLANEJAMENTO DA PESQUISA	34
5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	36
5.1 CARACTERIZAÇÃO DOS JOVENS ATENDIDOS	36
5.2 IDENTIFICAÇÃO DO PAPEL DO ILBJ	37
5.3 IDENTIFICAÇÃO DAS CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS DECORRENTES DA ATIVIDADE DO INSTITUTO LUCIANO BARRETO JÚNIOR	45
6 CONCLUSÕES	49
6.1 DIFICULDADES E LIMITAÇÕES DA PESQUISA.....	50
6.2 SUGESTÕES PARA PESQUISAS FUTURA.....	50
REFERÊNCIAS	52
APÊNDICE 1 – ROTEIRO PARA ENTREVISTA	62

1 INTRODUÇÃO

A pobreza e a desigualdade social brasileira existem há vários anos, punindo principalmente os jovens oriundos de famílias pobres com a falta de educação de qualidade, serviços básicos e oportunidades.

Apesar do Brasil avançar em melhores condições de vida para crianças e adolescentes, ainda existe milhões de jovens brasileiros que não possuem direitos básicos garantidos (BIASETTO, 2019).

A inclusão social é a inserção de pessoas de baixa renda dentro da sociedade, garantido condições básicas de sobrevivência, ou seja, as pessoas vivem com dignidade (SILVA, 2017).

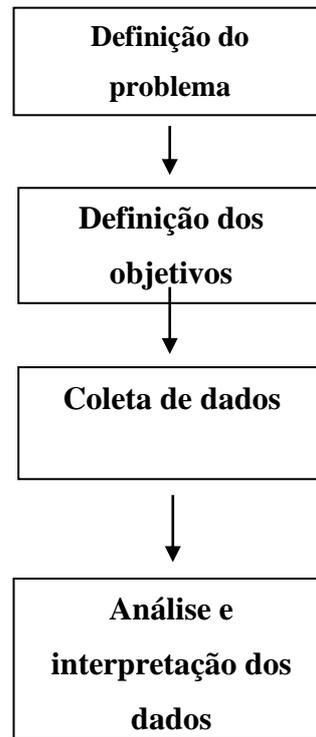
De acordo com Oliveira (2008) o Estado não consegue diminuir os problemas sociais ocasionados pela exclusão social, por isso, surgiram instituições não governamentais, como o Instituto Luciano Barreto Júnior com o objetivo de melhorar a qualidade de vida de jovens de baixa renda através da educação.

Com o fim da segunda guerra mundial e a mudança da sociedade de industrial para pós-industrial, a qualidade de vida passou a ser mais valorizado. Desta maneira, a sociedade começou a cobrar das organizações além de bens e serviços, práticas sociais, foi neste período que a responsabilidade social começou a ganhar visibilidade (TENÓRIO, 2006).

A responsabilidade social deixou de ser uma caridade para promover práticas mais abrangentes para o desenvolvimento humano, além disso, passou a ser um diferencial competitivo para as organizações (CARVALHO, 2013).

Além disso, a responsabilidade social é uma vantagem competitiva ao passo que traz o reconhecimento da sociedade, proporciona uma imagem positiva da organização e o mais importante contribui para diminuir as desigualdades sociais pois melhora a sociedade com as suas ações sociais.

A luz disso, a proposta da monografia é demonstrar como as ações sociais do Instituto Luciano Barreto Júnior impactam na inclusão social de jovens e adolescentes na cidade de Aracaju-SE. Para atingir sua proposta foi realizado o delineamento da pesquisa está dividido em 4 etapas conforme a figura abaixo.

Figura 1 – Delineamento da pesquisa

Fonte: Elaboração própria.

1.1 OBJETIVOS

A presente pesquisa tem como objetivo geral: Descrever como as ações sociais do Instituto Luciano Barreto Júnior impactam na inclusão social de jovens e adolescentes na cidade de Aracaju-SE. Em complemento, têm-se os seguintes objetivos específicos:

- Caracterizar os perfis dos jovens que são atendidos pelo Instituto Luciano Barreto Júnior;
- Identificar o papel do Instituto Luciano Barreto Júnior;
- Identificar quais as consequências sociais decorrentes da atividade do Instituto Luciano Barreto Júnior;

1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

Como as ações sociais do Instituto Luciano Barreto Júnior impactam na inclusão social de jovens e adolescentes na cidade de Aracaju-SE?

1.3 JUSTIFICATIVA

A justificativa para a realização deste trabalho é mostrar o impacto positivo que as ações sociais provocam na vida de jovens de baixa renda. A realidade brasileira para jovens pobres é difícil, são vários problemas sociais ocasionados pela exclusão social e a má distribuição de renda, agravados principalmente pela falta de oportunidade.

A pesquisa foi viável graças a liberação de acesso para coleta de dados pelo Instituto Luciano Barreto Júnior e a disponibilidade de material teórico da instituição.

Para a instituição estudada, este trabalho tem grande importância pois poderá servir de instrumento para divulgar o seu trabalho e uma forma de captar mais recursos para ampliar o número de jovens atendidos.

Quanto a sociedade a importância está no fato de tornar os projetos sociais conhecidos e incentivar outras empresas a realizarem ações sociais para contribuir com a sociedade.

Para a academia é a inclusão de mais um trabalho, visto que o tema responsabilidade social ainda é pouco explorado.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo descreve-se o contexto geral da inclusão social brasileira. A segunda seção buscou-se contextualizar sobre a responsabilidade social no Brasil. A terceira seção trata da ética; e a quarta e última seção traz um breve histórico sobre o Instituto Luciano Barreto Júnior.

2.1 INCLUSÃO SOCIAL

No cenário brasileiro a pobreza teve início com a escravidão, os negros eram totalmente excluídos da sociedade. Após a abolição da escravatura os negros foram jogados na sociedade sem nenhuma assistência, foi nesse período que surgiram os cortiços e começaram a chegar os imigrantes para trabalharem na lavoura de café (OLIVEIRA, 2002).

Com o a revolução industrial os trabalhadores do campo passaram a ser intitulados de pobres. Existia uma grande exclusão social, pois na época os pobres eram marginalizados e considerados portadores de doenças contagiosas. O tempo passou, mais infelizmente ainda existe muita discriminação e preconceito com os mais necessitados (OLIVEIRA, 2002).

Desde o surgimento da humanidade a família é o alicerce de qualquer indivíduo, ela é responsável por criar, alimentar, educar, proteger, entre outras. Porém existem fatores como a pobreza que abalam a estrutura familiar e compromete toda a formação dos jovens, esse fato revela que as famílias não possuem condições de criar de forma digna os jovens sem apoio externo (SILVA, 2017).

A juventude é a etapa da vida que compreende a mudança da vida infantil para a vida adulta. É nessa fase que os indivíduos começam a tomar decisões que afetarão sua vida de forma permanente, por isso, essa fase é tão conturbada, principalmente quando os jovens vivenciam fatores externos negativos como a miséria, a violência e as drogas (SILVA, 2017).

Nos últimos anos o Brasil vem avançando na redução da mortalidade infantil e do analfabetismo, porém a pesquisa do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) aponta que cerca de 44 % das crianças e adolescente não tem acesso a um ou mais direitos fundamentais, ou seja, quase metade dos jovens brasileiros têm seus direitos violados (BIASETTO, 2019).

Outro agravante da realidade brasileira consiste na existência de crianças e adolescentes que estão fora das políticas públicas, dessa forma eles estão privados de todos os

direitos fundamentais. Além disso, os dados revelam que quanto mais velhas e se aproximando da vida adulta as crianças vão perdendo mais direitos (BIASETTO, 2019).

A inclusão social permite que pessoas a margem da sociedade tenham possibilidade de fazer parte da sociedade de forma completa (SILVA, 2017). Franco *et al.* (2017) consideram que a inclusão social é resultado do jovem e do ambiente ao qual ele está inserido, ou seja, eles acreditam que a família, a comunidade, a escola e a organização de trabalho são as partes fundamentais para a inclusão.

A inclusão e a exclusão são coexistentes, visto que para se praticar a inclusão é necessário agir para acabar ou minimizar a exclusão. Dessa forma, os projetos de inclusão social devem estudar a exclusão para planejarem e direcionarem ações efetivas de inclusão (SILVA, 2017).

Um importante passo para a integração dos jovens carentes dentro da sociedade é a disponibilização de uma educação de qualidade, ao qual proporcione oportunidade para que os jovens se tornarem protagonistas da sua história, conhecendo e cobrando seus direitos e deveres, além de conseguir mudar a realidade que eles vivem (MARTINS; MELO, 2016).

De acordo com os mesmos autores a educação é o grande mecanismo da inclusão social, porém para ela desempenhar seu papel de forma satisfatória; é necessária uma educação de fácil acesso e de boa qualidade, capaz de promover a cultura, a tolerância a diversidades sociais e principalmente a cidadania, que permite as pessoas a conhecerem e cobrarem seus direitos (SANTOS, 2016).

Porém o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) afirma que a educação não é o único fator para diminuir as disparidades sociais, visto que cada indivíduo possui habilidades e capacidades individuais, além do mais a escolaridade não garante maior renda, pois isso vai depender da demanda do mercado (IPEA, 2019).

De acordo com Cardoso (2008), o problema do desemprego dos jovens entre 16 e 24 anos reflete as necessidades das empresas na busca do lucro, visto que o mercado não absorve toda a mão de obra jovem disponível e nem os jovens possuem qualidades e vocações para atender o mercado. Além disso, o desemprego juvenil reflete a realidade difícil que jovens de baixa renda vivem.

Ainda existe a rede social do indivíduo, a qual é bastante decisiva para a obtenção de emprego, visto que indivíduos com a mesma escolaridade através de indicações podem conseguir melhores empregos (IPEA, 2019).

Santos (2016) considera a inclusão social uma soma de parcerias, entre o Estado, as organizações e a sociedade. O Estado deve atuar em políticas públicas que possibilitem a

inclusão social dos pobres. A causa principal da pobreza é a desigualdade social, que limita todo o desenvolvimento social do indivíduo (GIROLETTI; SILVA; LIMA, 2016).

As políticas públicas enfrentam o problema da exclusão através de programas assistencialistas, porém na maioria das vezes esses programas apenas são paliativos que não combatem de fato a exclusão (BORBA; LIMA, 2011).

Todavia os programas que cumprem o seu papel são raros ou ineficientes, o que deixa a população carente desamparada. Dentro desse contexto surgiram as organizações não governamentais, para tentar garantir a dignidade para os menos favorecidos (SANTOS, 2016).

A empresa Energisa investe em programas sociais voltados para a educação em várias cidades do Brasil, no intuito de oferecer oportunidade para a melhoria de talentos e habilidades. Além de fazer parte do programa jovem aprendiz em parceria com o Senai, que proporciona um curso gratuito, experiência profissional e uma remuneração mensal para o participante do programa; a empresa ainda matem projetos como a casa de leitura Lya Botelho, o projeto voluntariado e a biblioteca da Energisa (ENERGISA, 2019).

A Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos (ABRINQ) foi fundada em 1989, com o intuito de defender os direitos dos jovens brasileiros. Existem inúmero projetos espalhados pelo Brasil entre eles: programa empresa amiga da criança, mortalidade zero, entre outros (ABRINQ, 2019).

Há 33 anos a rede Globo em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) criou o programa Criança Esperança, após um período a parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). O objetivo do programa é arrecadar capital para apoiar projetos sociais em todo o Brasil que desenvolvam trabalhos que proporcionem arte, cultura, esporte e educação para as crianças (GLOBO, 2019).

2.2 RESPONSABILIDADE SOCIAL

De acordo com Gomes e Moretti (2007), a responsabilidade social começou com a fiscalização ambiental, depois foi substituída pelo planejamento ambiental, que se transformou em gestão ambiental e atualmente é denominada responsabilidade social e ambiental. Nos Estados Unidos, a responsabilidade social surgiu por meio de pressões da população, especialmente após a guerra do Vietnã (1964-1973), na qual a população estava sofrendo com os malefícios deixados pelo conflito (TINOCO, 2001).

A iniciativa para desenvolver a responsabilidade social na União Europeia surgiu quando o Conselho Europeu de março do ano de 2000 estabeleceu como diretriz o crescimento econômico sustentável, dessa forma a parte financeira deveria caminhar em conjunto com o meio ambiente e o social (CLEMENTE; LUNARDI, 2012). Coltro (2004) relata as grandes dificuldades enfrentadas pela população após a Segunda Guerra Mundial, entre elas, a miséria, a falta de emprego e a poluição. Esses fatores se transformaram em pressão para que as empresas se comprometessem com a responsabilidade social.

De acordo com Carroll (1979), a concepção da responsabilidade social corporativa surgiu por volta de 1930. Ele destaca o livro *Social Responsibilities of the Businessman*, de Howard R. Bowen's de 1953, foi um dos primeiros livros dedicados ao assunto. Não existe um sentido único a respeito da responsabilidade social corporativa, mas consoante Oliveira *et al.* (2006) ela influencia no planejamento e práticas organizacionais ligados a ética, ao respeito a comunidade, ao meio ambiente e a legislação.

Já Tenório (2006), argumenta que a responsabilidade social corporativa apareceu em 1950, com o estudo da sociedade pós-industrial. Entretanto o tema só ganhou evidência a partir de 1970.

A responsabilidade social entra na realidade brasileira em decorrência da mudança da sociedade, que passou de industrial para pós-industrial, ou seja, a visão econômica deu lugar à melhoria da qualidade de vida (TENÓRIO, 2006). No início a responsabilidade social brasileira era influenciadora de projetos sociais diante de empresários. Ainda segundo Barbosa (2003, p. 102), em 1960 os ideais de um grupo de gestores de empresas paulistas em conferências discutiram ideias no intuito: “conscientização denominada ‘cristã’ de valorização dos princípios de justiça social”.

Conforme Borchardt (2002) foi Herbert de Souza (Betinho), que iniciou a discussão no território brasileiro a respeito de parcerias entre organizações, dono de empresas e a necessidade de publicação e exposição dos benefícios do balanço social.

Houve uma expansão do tema dentro do Brasil quando, em 1977, houve a publicação do artigo “Empresa pública e cidadã”, escrito pelo sociólogo Herbert de Souza, no qual ele incentiva as empresas brasileiras a dar satisfação sobre suas atividades sociais (NEGRA; TEIXEIRA; CARMO, 2002).

Segundo Costa (2005) no Brasil, algumas organizações exercem a ideologia da responsabilidade social e do investimento social privado por meio da constituição de fundações ou institutos. O investimento social privado (ISP) é utilizado para desenvolver pessoas que não são colaboradores diretos das organizações, a empresa investe um percentual

do seu faturamento em projetos sociais, muitas vezes esse investimento desenvolve projetos que utiliza as redes sociais.

O autor ainda destaca a dificuldade das empresas em avaliar as vantagens do investimento social privado, visto que o retorno dele não é financeiro, pois a expectativa é de reverter o capital investido em imagem positiva para a empresa.

No Brasil existe o TAC (Termos de Ajuste de Conduta), o qual acorda práticas para minimizar as ações negativas decorrentes de produção industrial, é uma compensação à sociedade pela poluição ao meio ambiente (MACEDO; CRUZ; FERREIRA, 2011).

A evolução da responsabilidade social corporativa brasileira tem destaque principalmente na participação de importantes instituições que adotam a responsabilidade social como base para os negócios, como por exemplo, o Instituto Ethos, que tem colaborado para a irradiação do assunto no meio empresarial (YOUNG, 2004 *apud* CALIXTO, 2007).

Em 1988 um grupo de empresários criou o Instituto Ethos, que tem como finalidade principal auxiliar as empresas no gerenciamento dos negócios de maneira justa e responsável. Na visão do Instituto Ethos a responsabilidade social gera uma nova visão de sucesso para empresas, permitindo a edificação de projetos e tornando o mundo um lugar melhor (ETHOS, 2018).

Os indicadores são ferramentas de gestão com o intuito de dar apoio às empresas a incorporarem nas suas estratégias de negócios ações de responsabilidade social corporativa e sustentabilidade. Eles são um sistema de preenchimento on-line, continuamente aprimorados, que tem como diretrizes a *Global Reporting Initiative* (GRI) e a Norma de Responsabilidade Social ABNT NBR ISO 26000 (ETHOS, 2018).

O governo criou algumas iniciativas para fortalecer a responsabilidade social. Dantas (2011, p. 94) cita o “Dia da Empresa Cidadã” e o “Carimbo Empresa Cidadã” em São Paulo que se estendeu para Porto Alegre na qual a divulgação do relatório social é obrigatória para organizações com mais de 20 trabalhadores.

Na atuação empresarial existe um grande obstáculo em se delimitar o que é público e o que é privado, visto que as atividades desenvolvidas pelas empresas têm impacto direto na sociedade. Nesse dilema entre o que é público e privado, Tenório (2006), afirma que mesmo que as atividades empresariais sejam privadas, elas também são públicas, porque as empresas prestam serviços à sociedade, dessa forma as empresas devem responder ao interesse público, ou seja, as empresas atuam em atividades que geram lucro, mas precisam se responsabilizar pelos impactos que as suas atividades ocasionam na sociedade.

Em 1980 houve uma mudança no entendimento do conceito de responsabilidade social, o mercado passou a se encarregar pela cobrança e regulação das atividades empresariais. Os consumidores também passaram a atuar através de reivindicações e boicotes a empresas poluentes e que pratiquem irregularidades (TENÓRIO, 2006).

Com a retomada do liberalismo econômico e o aumento dos problemas sociais, houve um aumento das organizações do terceiro setor. Contudo nem essas organizações e nem o mercado, são capazes de diminuir as desigualdades sociais sem uma atuação do Estado, que precisa promover políticas sociais (TENÓRIO, 2006).

Serpa e Foumeau (2007) afirmam que o papel de promover o bem-estar social deixou de ser papel exclusivo do Estado, que passou a dividir a responsabilidade com as empresas. Oliveira (2008) destaca a relevância que a responsabilidade social assume em países mais pobres, principalmente para amenizar as consequências decorrentes da falta de políticas públicas ou mesmo políticas públicas ineficientes.

Carvalho (2013) relata que o entendimento sobre responsabilidade social corporativa passou por uma evolução deixando de ser considerada apenas uma caridade para se transformar numa estratégia corporativa e vantagem competitiva.

Cruz (2009) afirma que constantemente a responsabilidade social é comparada a uma ação filantrópica. Porém este conceito é equivocado, visto que a responsabilidade social é mais abrangente, porque a ação filantrópica corporativa é uma ação social temporária de natureza assistencialista, ela é feita através de doações financeiras ou materiais a comunidade ou instituições sociais (TENÓRIO, 2006).

Para se tornar sustentável Tenório (2006) destaca que a empresa deve ser capaz de gerar lucro através de atividades que preservem e respeitem o meio ambiente e os agentes sociais, dessa maneira a empresa melhoraria a qualidade de vida da sociedade e conquistaria em longo prazo o respeito da sociedade, a permanência e sustentabilidade dos negócios.

Irigaray, Vergara e Santos (2013) afirmam que responsabilidade social está intimamente ligada com a evolução sustentável das organizações, visto que a forma de gestão é que define se a empresa é responsável socialmente, pois as escolhas organizacionais não podem impactar negativamente no ambiente nem na sociedade.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) defende que a responsabilidade social corporativa necessita auxiliar o desenvolvimento sustentável e o bem-estar dos indivíduos, por meio de atividades empresariais conduzidos por princípios éticos e transparentes (ABNT, 2010).

Ashley (2005) defende que a organização deve ter o comprometimento com a sociedade, desta forma, a organização deve exercer práticas de responsabilidade social que contribuam com a melhoria de vida da sociedade.

O conceito dos *stakeholders* retrata que todos os grupos que têm interesse nas atividades das empresas: “investidores, fornecedores, empregados, clientes, sociedade, governo e outros” impõe as suas necessidades a empresa, com isso os administradores devem refletir sobre essa imposição na hora de criar o planejamento estratégico (FREGUETE; NOSSA; FUNCHAL, 2015, p.236).

Carroll (1979) divide a responsabilidade social em quatro categorias: econômica, legal, ético e discricionário. A categoria econômica utiliza os fins lucrativos como principal função, à categoria legal retrata que a organização precisa seguir os códigos e normas instituídos, a categoria ética retrata os códigos implícitos, que não são necessariamente uma lei e por último a categoria discricionária envolve ações voluntárias.

Já Serpa e Fourneau (2007), decompõem a responsabilidade social em dois conceitos: a teoria clássica e a teoria contemporânea. A teoria clássica é difundida por Milton Friedman, ela retrata que a função da empresa é gerar lucro, com isso, só é considerado para a tomada de decisão os investidores e os acionistas. A teoria contemporânea é defendida por Amartya Sen, também conhecida como visão socioeconômica, essa teoria leva em consideração todos os impactados nas ações das empresas.

Silva, Silva e Falk (2013) destacam a nova visão das empresas, que deixaram de dar retorno apenas aos acionistas e começou a olhar o ambiente onde a empresa está inserida, com isso, a responsabilidade social surge para salvar a função social das empresas.

Segundo Tenório (2006) existe três interpretações sobre o conceito de responsabilidade social corporativa. A primeira é a abordagem industrial, ela consiste no compromisso de gerar lucro e no cumprimento da legislação.

A segunda abordagem corresponde às atividades comunitárias desenvolvidas pela empresa. A terceira e última abordagem retrata as obrigações da empresa com a sua cadeia produtiva, ou seja, todos os envolvidos desde a fabricação ao descarte dos produtos comercializados. Esta última abordagem é a mais aceita (TENÓRIO, 2006).

Barbieri e Cajazeira (2009) utilizam a pirâmide da responsabilidade social elaborada por Carroll (1991) como base para as quatro dimensões da responsabilidade social empresarial.

A primeira dimensão é a responsabilidade econômica. Ela expõe que a empresa deve ser capaz de se manter e gerar lucro, dessa forma, esta dimensão é vital para a

responsabilidade social da empresa, pois é através do capital que a empresa consegue desempenhar os papéis das demais responsabilidades (BARBIERI; CAJAZEIRA, 2009).

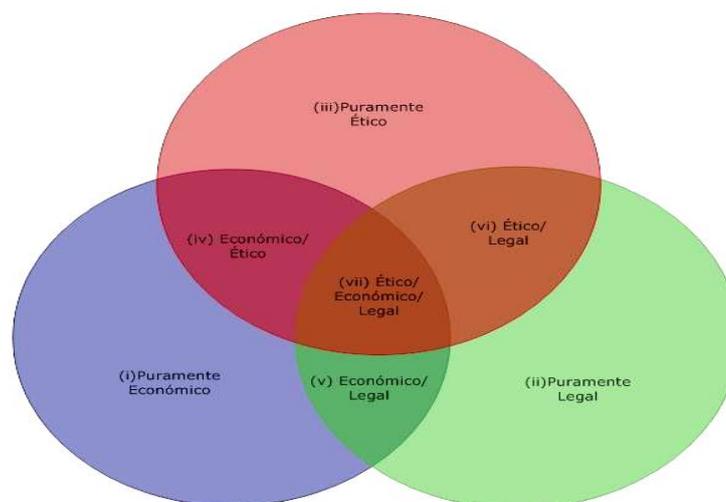
Após conseguir ser rentável a empresa deve seguir a legislação vigente para alcançar a responsabilidade legal. A responsabilidade ética é a terceira dimensão, ela vai além do conceito de certo e errado, porque ela deve atender a perspectiva da sociedade que almeja atitudes empresariais de forma justa e certa, diminuindo ou anulando atitudes perigosas que podem afetar a sociedade (BARBIERI; CAJAZEIRA, 2009).

A última dimensão é a responsabilidade discricionária, que em 1991 Carroll substituiu por responsabilidade filantrópica, essa dimensão tem menor relevância, por isso ela fica no topo da pirâmide, para atingir essa dimensão a empresa precisa se tornar uma empresa cidadã, desenvolvendo projetos para o bem-estar da sociedade (BARBIERI; CAJAZEIRA, 2009).

A empresa necessita atingir essas quatro dimensões para conseguir se tornar responsável socialmente, suas atividades devem ser capazes de gerar lucro que será utilizado para promover ações sociais para a sociedade, sem deixar de considerar os preceitos éticos e legais.

Apesar da pirâmide de Carroll ser bem-sucedida, existiram críticas referentes às limitações do modelo, questionando à hierarquia entre as quatro responsabilidades e a falta de interação entre elas. As deficiências do antigo modelo foram superadas pelo modelo dos três domínios da responsabilidade social, que foi resultado do trabalho conjunto de Carroll e Schwartz (BARBIERI; CAJAZEIRA, 2009).

Figura 2- Modelo dos três domínios da Responsabilidade Social Empresarial.



Fonte: Adaptado de Schwartz & Carroll (2003).

Neste modelo a filantropia deixou de ser uma dimensão da responsabilidade social, porque os autores consideraram complexa a separação entre atividades filantrópicas e éticas, além do que, a filantropia pode estar sendo aplicada só por interesse econômico, sem a empresa estar de fato sendo socialmente responsável (BARBIERI; CAJAZEIRA, 2009).

Conforme Barbieri e Cajazeira (2009) a parte econômica diz respeito à maximização de lucro, ao qual existem impactos diretos e indiretos. Os impactos diretos correspondem a atividades para diminuir os desperdícios, aumentar a produtividade entre outros. Já os impactos indiretos estão relacionados à motivação dos colaboradores e a imagem positiva da empresa.

Barbieri e Cajazeira (2009, p. 57) ainda pontuam que a responsabilidade legal está dividida em: “conformidade legal, medidas para evitar litígios e medidas antecipatórias às leis”. A atribuição ética é a responsabilidade que a empresa possui com todos os atores que estão envolvidos na função, ou seja, a população e os *stakeholders*. Existem três padrões éticos gerais: o padrão convencional, o *consequencialista* e o *deontológico* (BARBIERI; CAJAZEIRA, 2009).

O padrão convencional também é denominado *relativismo ético*, ele diz respeito às normas e padrões necessários para a empresa desempenhar as suas atividades, porém existe uma deficiência nesse padrão, visto que existem divergências entre as pessoas e as normas sociais. Todavia, há uma maneira desta deficiência ser superada, basta adotar um código de ética formal (BARBIERI; CAJAZEIRA, 2009).

Uma ação é considerada *consequencialista* quando ela é capaz de produzir o bem social, com o menor custo líquido em relação aos demais padrões. O *deontológico* é o último padrão, ele afirma que os motivos das ações são considerados uma obrigação (BARBIERI; CAJAZEIRA, 2009).

Para que a empresa consiga transparência na atuação da responsabilidade social, ela necessita levar em consideração o discurso e colocar em prática ações que obedecem aos anseios sociais e deixar de forma clara informações sobre os produtos e serviços oferecidos (RICO, 2004).

No entendimento de Todescat, Dias Júnior e Moreira (2013), a responsabilidade social é visualizada como uma necessidade social, por isso ela deve ser transparente e capaz de informar por meio de relatórios a quem interessar os benefícios sociais que são praticados.

Um meio de publicar e registrar as práticas de responsabilidade social pela empresa é o balanço social que, em conformidade com Bianchi *et al.* (2013), consiste em fornecer as contas da empresa.

O Balanço Social é um meio de exposição da responsabilidade social. O autor ainda destaca que o balanço social é constituído pelo entendimento de: “contabilidade, auditoria, recursos humanos, gestão ambiental e social” (SENA, 2005, p. 16). Existem dois tipos de balanço social brasileiro, o que tem como base o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e o modelo do Instituto ETHOS, fica a critério da empresa escolher o que mais se adéqua à sua realidade (TERRA, 2004).

Serpa e Fourneau (2007) defendem que o crescente interesse sobre a responsabilidade social gera a empresa vantagem competitiva, o que possibilita uma gestão voltada a modificação social.

Para o reconhecimento de empresas que auxiliam o desenvolvimento social, na preservação da cidadania, e possuem atitudes éticas são premiadas com o “Selo Empresa Cidadã”. Este prêmio é destinado a empresas que tenham tido relevância no balanço social nas áreas ambientais, cidadania e conduta (RICO, 2004).

Outro selo de reconhecimento das empresas que atuam na responsabilidade social foi criado pelo IBASE. Este selo pode ser divulgado em anúncios, propagandas e trabalhos publicitários demonstrando que as empresas promovem “educação, saúde, cultura, meio ambiente, enfim, em tudo aquilo que é preciso preservar” (CIMBALISTA, 2001).

Existe outro selo muito reconhecido no mercado brasileiro é o selo Empresa Amiga da Criança, concedido pela “Fundação Abrinq”. Este selo trabalha pela eliminação do trabalho infantil brasileiro e, para consegui-lo as empresas necessitam praticar ações de educação e saúde, dessa forma ajudando a garantir os direitos infantis (CIMBALISTA, 2001).

Existem embates sobre a real motivação para se praticar a responsabilidade social corporativa, na avaliação de alguns administradores esses motivos é o dever moral, enquanto para outros são a exigência legal ou mesmo custos. Assim, um forte argumento para a organização adotar as práticas de responsabilidade social corporativa está ligado à competitividade (AZEVEDO; ENDE; WITTMANN, 2016).

Tenório (2006) afirma que as pressões externas, a forma instrumental e as questões de princípios são as justificativas para a empresa atuar de maneira socialmente sustentável. As pressões externas referem-se à legislação pertinente, a protesto dos consumidores, a reivindicações dos sindicatos e da comunidade afetada pelas atividades da empresa.

A forma instrumental refere-se à obtenção de vantagem por parte da empresa, esta vantagem pode ser de forma econômica ou mesmo, no fortalecimento da imagem da empresa. O incentivo fiscal é concedido pelo poder público, este incentivo corresponde à isenção ou redução dos impostos para o desenvolvimento de projetos sociais, culturais e esportivos. O

grande problema desses dois incentivos está no fato deles não garantirem a frequência dos investimentos (TENÓRIO, 2006).

O incentivo por princípio tende a durar mais do que os outros dois incentivos, porque as práticas de responsabilidade social estão inseridas dentro da cultura da empresa, as práticas diminuem o risco de greve, desastres ambientais e imagem negativa da empresa (TENÓRIO, 2006).

Ainda conforme o mesmo autor a globalização e as organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização Mundial do Comércio (OMC), influenciam as empresas a adotarem práticas de preservação do meio ambiente.

Para uma empresa se tornar competitiva é necessário que ao mesmo tempo ela seja lucrativa, preserve a imagem e a reputação, dessa forma, agregando valor social ao negócio (TENÓRIO, 2006).

Para Ethos (2018), ao aderir à ética e responsabilidade social, as empresas privadas conseguem o reconhecimento da sociedade, pois elas são impactadas diretamente pelas atividades. Além disso, a responsabilidade é um fator de sucesso empresarial, pois cria alternativas para a construção de um mundo mais desenvolvido e socialmente mais igualitário.

Ponchirolli (2007) pontua que a imagem da empresa é muito importante, pois se trata de um ativo intangível que é mais difícil de ser imitado pelos concorrentes, dessa forma a empresa que trabalha uma imagem positiva se diferencia dos concorrentes.

A realização da Responsabilidade Social causa despesa que posteriormente retornam a empresa na forma de benefícios, como um ambiente favorável, o fortalecimento da imagem da empresa, entre outros (COSTA; VISCONTI, 2000).

Outro benefício gerado quando a empresa adota a prática de Responsabilidade Social nas suas atividades é o Marketing Social, ele é exposto por Kotler (1993) como o atendimento de forma eficaz e eficiente ao mercado, sem comprometer bem-estar da população.

As ações sociais causam retorno social para a organização, Melo Neto e Froes (1999) acreditam que o retorno social é um benefício material e imaterial obtido pelas empresas que aplicam recursos na responsabilidade social. As empresas podem ter benefícios de ordem econômicos com o aumento das vendas; estratégicos na obtenção de novos clientes; éticos por meio da imagem da organização e motivacionais, conseguindo fidelidade dos funcionários, clientes, parceiros, entre outros (RUTESKI, 2013).

Com o exposto acima, podemos afirmar que todos os investimentos feitos pelas empresas em ações sociais são revertidos em benefícios significativos para empresa, além de ajudar no desenvolvimento da sociedade.

2.3 ÉTICA NAS ORGANIZAÇÕES

De acordo com Tansferetti (2011), até meados de 1950, a ética não estava incluída dentro dos negócios, quando ela raramente aparecia era só para tratar de questões trabalhistas. A partir da década de 60 a ética nos negócios começou a ser ampliada, incluindo assuntos como direito das minorias, das mulheres, entre outros. Neste contexto a ética passou a fazer parte das profissões.

Atualmente nas organizações tem se discutido cada vez mais sobre responsabilidade social perante todos os *stakeholders* que fazem parte direta ou indiretamente das organizações. Dentre essas discussões, tem se falado muito sobre os princípios éticos e morais, que é um entendimento amplo a respeito da cultura de cada organização.

Com a globalização e a grande concorrência, a dignidade e a lealdade dentro dos negócios passaram a ser um meio de sobrevivência das organizações (PONCHIROLI, 2007). O mesmo autor afirma que as empresas necessitam se responsabilizarem pelos seus atos, além de tomar decisões a partir de análises das circunstâncias envolvidas.

Llatas e Silva Júnior (2005) declaram que a ética dentro das organizações é fruto das crenças e princípios de cada colaborador, ou seja, os preceitos éticos não nascem com a organização, ele é moldado pelas pessoas que trabalham nela.

Segundo Pasquali e Vesco (2016), a sociedade pós-moderna passou por mudanças de comportamento decorrentes da influência da tecnologia e da globalização, o que ocasionou na perda de valores morais. O autor ainda considera a ética um pensamento crítico da moralidade, pois a ética funciona como um rumo que as pessoas devem seguir, influenciando o comportamento. Já a moral determina valores e comportamento considerados “corretos” para o contexto ao qual ela está inserida, com isso, a moral é subjetiva, pois é um fenômeno social e particular.

Srouf (2010) diferencia a ética em três sentidos, o primeiro é o sentido descritivo ou factual, no qual a ética encaminha para o sentido do certo e errado. O segundo é prescritivo ou normativo que retrata a ética incluída num conjunto de normas. Já o terceiro e último é o reflexivo ou teórico, que inclui a ética: das virtudes, dos princípios, da convicção e da responsabilidade.

A ética assegura a ordem e o equilíbrio da sociedade, ela determina normas e regras que surgem pela necessidade humana para constituir comportamentos para os indivíduos que levem a prática do bem. A humanidade sempre buscou a ética para construir normas que conseguissem manter a convivência saudável e a paz, porém não existe uma igualdade entre

essas normas que levam em consideração aspectos culturais e temporais dos povos (LIMA *et al.*, 2012).

Para Semensato, Lennan e Oliva (2015, p. 461) a responsabilidade ética é ter como base: “o lucro, a sociedade e os *stakeholders*” para tomar decisões dentro da empresa, ou seja, a tomada de decisão deve levar em consideração os interesses de todos os envolvidos na organização.

Llatas e Silva Júnior (2005) retratam que através da ética dentro das organizações os colaboradores possuem critérios e limitações para lidar com os problemas de relacionamento interpessoal, dessa forma melhorando o ambiente de trabalho.

Heleno (2008) considera a responsabilidade ética como um comportamento aguardado pela sociedade, que podem ir contra aos interesses econômicos da empresa, bem como não ser expresso em lei. O autor ainda assevera que o comportamento antiético deve ser abolido, para isso, os gestores devem agir com: justiça, integridade, imparcialidade e respeitar os direitos humanos.

Rico (2004) enfatiza a ligação entre a ética e a transparência na gerencia de negócios. Essa ligação se materializa na rotina das organizações, que precisam levar em consideração o meio ambiente que afeta diretamente a sociedade, dessa maneira as decisões devem garantir o bem-estar de todos os envolvidos.

A responsabilidade ética diz respeito a atividades esperadas, ela deve acolher os anseios de toda comunidade que a empresa está conectada (ASHLEY, 2005). A responsabilidade ética deve dar suporte aos *stakeholders*, os proporcionado padrões, normas e expectativas tendo como base o dever moral (LYRA *et al.*, 2017).

Heleno (2008) menciona que as empresas precisam promover valores e comportamentos que respeitem o meio ambiente, a sustentabilidade, a sociedade e a cidadania. Ele ainda destaca que a ética tem uma grande parcela no desempenho financeira das empresas, porque o emprego da ética dentro das organizações está intimamente ligado à vontade dos gestores em fazer com que suas empresas existam na sociedade, sem pressões externas, puramente a vontade de se fazer o que é certo.

Ventura *et al* (2011) destaca que a ética nos negócios começa quando a empresa investe no desenvolvimento profissional dos funcionários, na segurança no trabalho, além de cultivar uma cultura organização de respeito e evitar a discriminação dentro da empresa, essas práticas ainda melhoram os relacionamentos entre os colaboradores e o ambiente do trabalho, o que aumenta a produtividade.

A ética é importante dentro das organizações para tentar inibir atitudes antiéticas como o racismo e a intolerância religiosa. Para se tornarem éticas as organizações precisam abolir práticas antiéticas no seu dia a dia, como seguir as leis, trabalhar o respeito a lealdade, entre outros (LLATAS; SILVA JÚNIOR, 2005).

A responsabilidade social e a ética estão unidas na observação por parte da sociedade das práticas socialmente sustentáveis, o que gera uma imagem positiva da empresa que se preocupa com os interesses sociais (INKOTTE, 2003).

A parcela social das organizações é superior do que meramente o lucro e os empregos, com isso, a responsabilidade social vem para estabelecer o compromisso da organização com a sociedade. A empresa precisa agir de maneira ética e responsável para conseguir harmonia com a sociedade (ALMEIDA, 2011).

Daher, Oliveira e Ponte (2006) pregam que as organizações não são capazes de resistir às adversidades do mercado sem a ética e a responsabilidade social. Os autores ainda afirmam que qualquer empresa, independente do ramo que atue precisa cumprir sua função social e responsabilidades éticas. Lima *et al.* (2012) destacam que a ética alavanca as atividades de responsabilidade social e o envolvimento da comunidade com o ambiente social, dessa forma a ética está vinculada a toda atividade desempenhada pelas organizações.

3 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

A pesquisa foi realizada no Instituto Luciano Barreto Júnior, também conhecido como ILBJ, fundado em 23 de janeiro de 2003, está localizado na Avenida Barão de Maruim, no centro de Aracaju, capital do estado de Sergipe (ILBJ, 2020).

O Instituto Luciano Barreto Júnior foi idealizado por um dos diretores da construtora Celi, chamado Luciano Júnior, que tinha o intuito de ampliar as ações sociais promovidas pela empresa, após a morte do mesmo, o pai Luciano Franco Barreto, diretor-presidente da Celi, criou o Instituto (ILBJ, 2020).

O ILBJ tem o intuito e promover a infoinclusão social, ou seja, a inclusão digital de jovens e adolescentes sergipanos que são menos favorecidos, para cumprir tal objetivo a instituição utiliza ações socioeducativas.

Para alcançar seus objetivos o ILBJ usa como referência atingir os objetivos específicos abaixo:

Quadro 1 - Objetivos do ILBJ

Objetivos do ILBJ
Promover atividades direta ou indiretamente relacionadas à educação, cultura e a preparação para o trabalho e cidadania de adolescentes e jovens de baixa renda no Estado de Sergipe.
Contribuir para o acesso de adolescentes e jovens, à informação e aos meios para adquiri-la, visto que se entende a democratização da informação como direito social básico.
Desenvolver, coordenar e apoiar projetos estratégicos nos campos da educação, cultura, esporte e trabalho, voltados para o desenvolvimento de adolescentes e jovens;
Estimular os mecanismos de inclusão social e de promoção da cidadania, de forma autônoma ou mediante parcerias e intercâmbios com organizações não governamentais, universidades, empresas e outras entidades.
Ser instrumento da sociedade civil organizada na viabilização de projetos que identifique e apresente soluções para as demandas e necessidades de adolescentes e jovens, mobilizando recursos humanos, técnicos e financeiros.
Propiciar a tecnologia como um recurso democrático, de acesso a todos que dela necessitam, não apenas de uma minoria.

Fonte: Adaptado de ILBJ (2020).

Essas ações socioeducativas incluem atividades esportivas, culturais e sociais, fornecendo toda informação e suporte necessário para repassar informações sobre o mundo do trabalho, cidadania e sobre a vida.

Para proporcionar maior conforto e qualidade aos assistidos e colaboradores o Instituto Luciano Barreto Júnior conta com uma estrutura composta por salas com ar condicionado, laboratórios de informática, Cyber, auditório para eventos, sala de artes e sala de leitura.

Ainda existe uma equipe de profissionais qualificados que incluem educadores, apoio administrativo e assistente social e psicólogo, como mostra o organograma abaixo (ILBJ, 2018).

Figura 3 – Organograma ILBJ



Fonte: Adaptado de ILBJ (2020)

4 DELINEAMENTO METODOLÓGICO

Esta seção descreve a delimitação metodológica utilizada na pesquisa, incluindo a caracterização, a análise e a coleta dos dados.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

De acordo com Gil (2008) o principal objetivo de uma pesquisa é encontrar respostas para os problemas, seja descobrindo novas informações ou ordenando informações já existentes. Dentro desse conceito a pesquisa social surge como fonte de conhecimento para a realidade social estudada.

Para escolher qual a melhor metodologia a ser utilizada Gil (2002) usa como critérios: o tipo de pesquisa, a população e amostra, a coleta de dados e por último a análise de dados.

Quanto a sua finalidade e objetivo, tem-se uma pesquisa aplicada, visto que o estudo proposto é dentro de um contexto real, e descritiva, pois possui como objetivo principal descrever como as ações sociais do Instituto Luciano Barreto Júnior impactam na inclusão social de jovens e adolescentes na cidade de Aracaju-SE, ou seja, o objetivo principal é explicar sobre peculiaridades de uma determinada população (GIL, 2002).

Em relação aos procedimentos técnicos esta pesquisa é classificada como um estudo de campo, pois conforme afirma Gil (2008) no estudo de campo estuda-se apenas um grupo e sua interação entre seus componentes, neste caso a pesquisa estuda as ações sociais do ILBJ. Na análise dos dados foi utilizada a análise qualitativa, visto o caráter mais subjetivo da pesquisa.

4.2 PARTICIPANTES DA PESQUISA

Os participantes da pesquisa são muito importantes para estudar todos os problemas que acontecem dentro de uma instituição, por isso, nesta pesquisa foram utilizadas entrevista e observação dos membros do ILBJ.

Os participantes da pesquisa foram: a diretora e coordenadora pedagógica do ILBJ e os alunos. A seleção da diretora do ILBJ levou em consideração a importância do seu cargo para a instituição, pois ela é responsável por chefiar o setor pedagógico e administrativo. Além disso, é uma das funcionárias mais antiga da instituição com oito anos de experiência.

Os alunos selecionados para a pesquisa, foram alunos que estavam matriculados e frequentando o ILBJ no momento da pesquisa, bem como os que estavam disponíveis. Os alunos são o maior objetivo do ILBJ, ou seja, é a razão de existir do instituto, por isso, todos os projetos desenvolvidos pelo ILBJ são direcionados para acolher e desenvolver seus alunos.

4.3 COLETA DE DADOS

Existem inúmeras técnicas para a coleta de dados, nesta pesquisa foi utilizada a observação e a entrevista. De acordo com Gil (2002) a observação tende a reduzir a subjetividade, pois os fatos são percebidos sem interferência, por isso, a observação simples foi utilizada como meio de coleta, para analisar todo o funcionamento do ILBJ, seus alunos e colaboradores.

A entrevista é a interação social com o entrevistado, ela possibilita o apoio ao entrevistado que possui dificuldade em responder, além de permitir a análise do comportamento do entrevistado. O tipo de entrevista utilizada foi a parcialmente estruturada, direcionando as perguntas a pontos estabelecidos anteriormente a entrevista. A entrevista foi realizada com a diretora do ILBJ e foi permitida a gravação em áudio do conteúdo (GIL, 2002, 2008).

4.4 ANÁLISE DOS DADOS

Após a coleta dos dados os resultados obtidos com a observação simples e a entrevista parcialmente estruturada foram analisados de forma qualitativa. De acordo com Gil (2002) a análise qualitativa é a contenção dos dados para a sua exposição.

4.4.1 Categorias e elementos de análise

O roteiro de entrevista foi criado tendo como base os objetivos da pesquisa. O quadro X mostra a relação entre os objetivos da pesquisa e o roteiro de entrevista.

Quadro 2 - Categorias e elementos de análise

Objetivo geral	Objetivos específicos	Elementos de análise	Questões
Avaliar como as ações sociais do Instituto Luciano	Caracterizar os perfis dos jovens que são atendidos pelo Instituto Luciano Barreto Júnior.	- Perfis dos jovens.	7

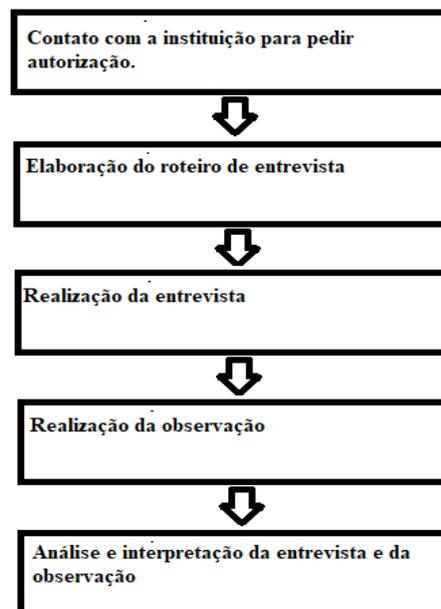
Barreto Júnior impactam na inclusão social de jovens e adolescentes na cidade de Aracaju-SE.	Identificar o papel do Instituto Luciano Barreto Júnior.	- Missão e objetivos institucionais; - Projeto institucional; - Papel do instituto;	2 a 8
	Identificar quais as consequências sociais decorrentes da atividade do Instituto Luciano Barreto Júnior.	- Impactos culturais; - Impacto cidadão; - Perspectivas dos jovens; - Consequências sociais. -Identificar quais as parcerias; -Impacto das parcerias.	9 a 14

Fonte: Elaboração própria.

6.2 PLANEJAMENTO DA PESQUISA

O planejamento da pesquisa está dividido em 5 etapas conforme a figura abaixo.

Figura 4 – Planejamento da pesquisa



Fonte: Elaboração própria.

A primeira etapa corresponde ao contato com a instituição para obter a autorização para fazer a pesquisa, este contato foi realizado através de um telefonema. A etapa seguinte é a elaboração do roteiro de entrevista a qual levou em consideração os objetivos deste trabalho.

A terceira e quarta etapa foram realizadas no mesmo dia dentro da instituição pesquisada. A última etapa é a análise e interpretação dos dados obtidos através da entrevista e da observação.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta seção apresenta a análise e discussão dos resultados da pesquisa. A princípio é definido o perfil dos jovens atendidos pelo Instituto Luciano Barreto Júnior, depois é identificado o papel do Instituto e suas consequências sociais.

5.1 CARACTERIZAÇÃO DOS JOVENS ATENDIDOS

Conforme os dados coletados no ILBJ, os jovens atendidos têm entre 14 e 24 anos, são de ambos os sexos e estão matriculados na escola pública a partir do 6º ano, ou terminaram o ensino médio exclusivamente na rede pública.

Em cada período são abertas 1200 vagas que são preenchidas através de um processo seletivo ao qual o candidato preenche um formulário com seu perfil socioeconômico e respondem algumas questões de conhecimentos básicos. Esse formulário é corrigido de maneira informal por um sistema, que seleciona os melhores colocados para serem acolhidos no projeto. Entretanto, mesmo com o processo seletivo, esses jovens ainda chegam ao ILBJ com grandes dificuldades na educação básica.

Os jovens assistidos pelo ILBJ, são jovens em situação de risco, pois moram em áreas suburbanas, que apresentam vários problemas como: violência, tráfico de drogas, falta de condições básicas de moradia, falta de pavimentação nas ruas, transporte público de má qualidade, entre outros.

Neste sentido Oliveira (2002) comenta a criação dos cortiços, que foram construídos e habitados por ex-escravos e trabalhadores pobres, que até hoje continuam sem condições básicas de moradia e sofrem grande discriminação por conta da sua situação econômica.

Muitos jovens acolhidos pelo instituto precisam assumir responsabilidades muito cedo, como cuidar de irmãos menores, cuidar dos próprios filhos ou mesmo trabalhar em subempregos para ajudar no orçamento familiar, todos esses fatores prejudicam a qualidade da educação. Neste sentido a diretora do ILBJ relata:

Esses jovens em sua maioria residem em áreas periféricas ao qual sofrem o impacto do tráfico de drogas e da violência. Além disso, muitos jovens enfrentam violência doméstica ou se tornam pais precocemente. Todos esses fatores de risco acabam prejudicando o interesse no estudo e a busca de uma melhoria de vida por parte desses jovens.

Silva (2007) pontua a importância da juventude para se formar adultos conscientes e preparados para enfrentar as desigualdades da sociedade, pois é nessa fase a transição da infância para a vida adulta, que os jovens começam a traçar caminhos importantes para o seu futuro.

Porém os problemas sociais e os problemas familiares limitam o pleno desenvolvimento dos jovens que muitas vezes precisam deixar a sua vida de lado para conseguir sobreviver.

Neste sentido, Biasetto (2019) denuncia que quanto mais velho as crianças, menos direitos fundamentais são garantidos, ou seja, os alunos do ILBJ estão na faixa etária que corresponde ao grupo com menores direitos fundamentais garantidos, por isso são um grupo de alto risco.

Para piorar a situação Franco *et al.* (2017) afirmam que o jovem é resultado da família e do ambiente ao qual ele está inserido, o que é muito preocupante visto que os alunos do ILBJ, são oriundos de famílias de baixa renda e vivem em periferias com vários problemas sociais.

Com as mudanças do mundo moderno Pasquali e Vesco (2016) retratam que a sociedade vem perdendo os valores morais, diante das dificuldades sociais os jovens atendidos pelo ILBJ vêm perdendo esses valores o que é muito ruim para a formação deles como adultos.

5.2 IDENTIFICAÇÃO DO PAPEL DO ILBJ

O ILBJ atua em atividades educacionais, culturais, preparação para o mercado de trabalho, esporte, inclusão social, cidadania e informações relevantes para o desenvolvimento dos jovens assistidos, com isso, ele tem um papel significativo na vida de cada jovem acolhido e dentro da sociedade. Neste sentido a diretora do ILBJ retrata:

O papel do ILBJ é complementar a escola pública, favorecendo a escolaridade dos jovens, o mundo do trabalho e a cidadania. Dentro do instituto foi criado um modelo único de ensinar, proporcionando grande aprendizagem aos jovens que participaram do projeto sempre tendo como ênfase no projeto a criatividade e a inovação.

Os projetos oferecidos pelo Instituto Luciano Barreto Júnior podem ser observados no Quadro 3.

Quadro 3 - Projetos ILBJ

Projetos	Objetivos do projeto
Projeto Conectando com a Vida	Projeto âncora do ILBJ, agregador de todos os demais projetos, tem como objetivo promover o processo de inclusão social de jovens em vulnerabilidade social e econômica, desenvolvendo competências fundamentais para o mundo do trabalho e para o exercício da cidadania.
Projetos Culturais	São promovidas atividades adicionais, nas mais diversas áreas, como aulas de Teatro, Coral, e Oficina de Comunicação e Mídia.
Crescer para o Futuro	Tem em vista oportunizar a ressocialização de jovens e adolescentes advindos de instituições de acolhimento. O projeto tem duração de 10 meses e está constituído das disciplinas básicas: Informática, Matemática, Português e Cidadania e Trabalho.
ILBJ Portas Abertas	Direcionado aos pais dos jovens, será disponibilizado cursos de curta duração de no máximo 30h/a de Informática, Economia Doméstica, Nutrição Cuidados com a Saúde, etc.
Jovem Aprendiz ILBJ	O projeto segue as diretrizes instituídas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, obedecendo à carga horária estabelecida no documento da Lei, assim como todas as exigências formais para consolidação de um contrato de aprendizagem.
A Caminho da Universidade	Direcionado aos jovens que irão prestar o Exame Nacional do Ensino Médio, este projeto tem como objetivo disponibilizar aulas durante o ano das disciplinas de modo geral.
Arte Educação	Este projeto objetiva atender as instâncias culturais que devem ser fomentadas em todos os processos de aprendizagem
Construindo Ambiências Sustentáveis	Trata-se de uma iniciativa que tem como propósito fomentar nos jovens a preocupação com a sustentabilidade ambiental. Será um projeto que estará permeando todo planejamento pedagógico e psicossocial de 2012.

Fonte: Adaptado de ILBJ (2020)

O projeto conectando com a vida é um projeto piloto e o mais importante do ILBJ, ele possui duração de 10 meses, nesse período os jovens participam da inclusão digital por meio de aula de informática. Além disso, é oferecido reforço escolar de matérias chaves como matemático e português. Para complementar a grade curricular ainda é ensinado noções de

cidadania e trabalho, fazendo com que o jovem adquira uma boa base para sua vida acadêmico e profissional.

Nos Projetos culturais do ILBJ são promovidas palestras sobre diversos temas, além da riquíssima cultura sergipana e nordestina, para incentivar a valorização cultural local e ainda permitir que os alunos aprendam sobre suas raízes.

O projeto Despertar para o Conhecimento é importante para muitos trabalhadores da construtora Celi, que já foram adolescentes de baixa renda e não tiveram a oportunidade de estudar, retomem seus estudos, o que proporciona o crescimento profissional e pessoal na preparação de cidadãos mais preparados.

O projeto Crescer para o Futuro conta com a colaboração do Ministério Público de Sergipe, que utiliza a educação como transformadora social, oferecendo oportunidade aos jovens infratores a participarem novamente da vida em sociedade.

O ILBJ Portas Abertas consiste no projeto da inserção da família dentro do instituto, dada à importância da família na criação e orientação dos jovens, proporcionando uma diminuição de abandono do curso, além disso, este projeto promove a Alfabetização Informacional (ALFIN) dos pais dos alunos.

O projeto Jovem Aprendiz ILBJ ainda aguarda aprovação pelo Ministério do Trabalho e Emprego, ele vai ser muito importante na formação técnico-profissional para os jovens, o que vai aumentar as possibilidades de introdução no mundo do trabalho.

O projeto a Caminho da Universidade é constituído por professores voluntários que ministram aulas para ajudar aos assistidos na preparação para ingressar na faculdade, o que incentiva aos jovens a continuarem com os estudos.

O projeto Arte Educação oferta: “cursos de teatro, dança, moda, HQ, fotografia, poesia, entre outros”, para complementar a formação cultural dos jovens. Por último existe o projeto Construindo Ambiências Sustentáveis que consiste na formação ambiental e sustentável dos jovens (ILBJ, 2020).

Recentemente, o ILBJ lançou um projeto para colaborar com o exercício pleno da cidadania, criando o projeto “Voto Cidadão”, que consiste numa parceria com o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe por meio da Escola Judiciária Eleitoral, este projeto tem o objetivo de esclarecer sobre a relevância do voto e da democracia.

Figura 5 – Projetos ILBJ



Fonte: Adaptado de ILBJ (2020)

Além dos projetos descritos no Quadro 3, o ILBJ oferece algumas oficinas que também complementam a qualificação dos alunos, como observado no Quadro 4.

Quadro 4 - Oficinas ILBJ

Oficinas	Objetivo da Oficina
Oficina Canto Coral	Trabalha com técnicas de entonação, respiração, afinação, ritmo, métrica, articulação, harmonia vocal, como também desperta para os estudos de instrumentos musicais e contato com outras artes e atividades culturais.
Oficina de Comunicação e Mídias	A leitura crítica das mídias, seus meios e mensagens, especialmente o rádio e a televisão.
Oficina de Desenho Artístico	Configurado em quatro módulos tem seu conteúdo ministrado em aulas teórico-práticas em que o jovem entrará em contato com os princípios básicos do desenho artístico: materiais e manuseio, a linha, volumetria e a figura humana.
Oficina de Inglês	A oficina visa inserir os participantes em um mundo globalizado onde o aprendizado do idioma inglês amplia a oportunidade de formação. O Instituto Luciano Barreto Júnior dispõe de um laboratório específico para a oficina onde amplia a possibilidade de aprendizado.
Oficina de Libras	Dentre as competências, os participantes conhecem a origem da língua, compreende a importância do aprendizado para a inserção do surdo na sociedade, desenvolve o espírito de cidadania e respeito em relação ao indivíduo surdo, a necessidade que o mundo do trabalho aponta para pessoas com essa qualificação e oportuniza o fortalecimento da

	autoestima, da construção de identidade e de sua autonomia.
Oficina de Teatro	A Oficina de Teatro ILBJ concebe a dramaturgia como meio de crescimento pessoal, profissional, emocional, cultural e social que perpassa toda educação seja ela formal, não formal, ou informal. Os jovens recebem aulas sobre a história do teatro, pesquisam e estudam peças de autores clássicos do teatro e da literatura, são coautores nas adaptações e criação teatral que visa entrar no processo de concepção de um espetáculo teatral que é apresentado no final da Oficina. Os jovens são acompanhados e orientados de perto por profissional com formação específica na área.

Fonte: Adaptado de ILBJ (2020)

Na Oficina Canto Coral os alunos participam de atividades socioeducativas utilizando a música como principal instrumento para desenvolver as capacidades cognitivas e culturais.

A Oficina de Comunicação e Mídias promove informações sobre a elaboração de artigos midiáticos. Já a oficina de Desenho Artístico pretende dar suporte técnico para os jovens que possuem aptidão para o desenho artístico.

A Oficina de Inglês proporciona o desenvolvimento dos jovens no mundo, visto que o inglês é a língua universal, por isso o estudo desta língua possui uma grande importância para a ampliação dos estudos e do mercado de trabalho.

A Oficina de Libras propõe a integração de pessoas com necessidades especiais em diferentes lugares, o que é uma tendência mundial e uma vantagem para o mercado de trabalho que atende esse tipo de público.

A Oficina de Teatro surge no ILBJ como apoio na estruturação da educação completa do jovem por meio da expressão teatral. Esta oficina tem o objetivo de utilizar as técnicas de interpretação, voz, jogos teatrais para desinibição, criatividade e trabalho em grupo, além do conhecimento, sentimento e visão de formas.

Figura 6– Oficinas ILBJ

Fonte: Adaptado de ILBJ (2020)

Todos os projetos do ILBJ são financiados pela construtora Celi, porém conforme a diretoria, quando alguns problemas fogem da capacidade do instituto eles procuram parcerias para poder solucioná-los. Neste contexto surgem as parcerias com: o Ministério Público de Sergipe, a delegacia de vulneráveis e a Coordenadoria da Mulher do TJSE.

A parceria com o Ministério Público de Sergipe é por meio do Centro de Apoio Operacional da Infância e da Adolescência (CAOPIA). Esta parceria ocorre desde 2005, com o projeto Crescer para o Futuro, que consiste em direcionar jovens institucionalizados, por meio de um processo seletivo diferenciado, embora se cumpra os pré-requisitos de seleção de apresentar idade entre 14 e 24 anos e ter estudado ou está matriculado e regular em escola pública. São feitas quatro seleções anuais, nos quais eles entram em cada troca de módulo. O projeto está inserido dentro do conectando com a vida e os jovens não sofrem nenhum tipo de discriminação (ILBJ, 2020).

A delegacia de vulneráveis entra em ação quando aparecem situações ilegais envolvendo algum estudante, que foge das competências do ILBJ. Já a parceria com a Coordenadoria da Mulher tem cinco anos, ela consiste na prevenção da violência doméstica com enfoque na violência contra a mulher, o Instituto Luciano Barreto Júnior serviu de

projeto piloto para o projeto lançado pelo Ministério Público Federal de prevenção da violência doméstica.

Essa parceria aconteceu devido ao grande número de casos de violência doméstica sofridas por alunas do ILBJ, ao encaminhar e acompanhar os casos para a Coordenadoria da Mulher surgiu à ideia da parceria para a prevenção da violência doméstica. A diretora do ILBJ pontua:

Nossos adolescentes e jovens vêm de famílias vulnerabilizadas socialmente, a grande maioria são advindos de bairros carentes onde as estatísticas de violência doméstica e contra a mulher é muito grande. Muitos desses jovens sequer sabem que sofrem violência doméstica já que está se manifesta em vários níveis e de diversas formas.

Por meio de todos os seus projetos e oficinas, o ILBJ tenta cumprir sua missão de ajudar os jovens aracajuanos a se desenvolverem humanamente, profissionalmente e se tornarem cidadãos conscientes, ou seja, o principal objetivo da instituição é a inclusão social.

É através de uma educação de qualidade que o ILBJ realiza a inclusão dos seus assistidos, o que é afirmado por Santos (2016) ao considerar a educação um importante mecanismo social.

Todavia o Ipea (2019) alega que a educação sozinha não consegue incluir os jovens dentro da sociedade, pois existe habilidades próprias que não podem ser adquiridas e a obtenção de emprego depende de uma rede social e da demanda do mercado.

Para tentar diminuir esses problemas acima o ILBJ realiza projetos multidisciplinar para que os seus alunos consigam um maior grau de conhecimento e ainda possui o projeto jovem aprendiz ILBJ para encaminhar os assistidos para o mercado de trabalho.

Costa (2005) comenta que a maioria das empresas praticam a responsabilidade social através da criação de instituições do terceiro setor. Foi o que aconteceu com a construtora Celi que criou e financia o ILBJ, para realizar a sua responsabilidade social.

Diante da criação do ILBJ a construtora Celi realizou a ideia defendida por Tenório (2006), pois ao mesmo tempo que ela fornece produtos a sociedade aracajuana, ela utiliza o ILBJ para melhorar a sociedade ao qual ela está inserida. O ILBJ é o laço de comprometimento da construtora Celi com a sociedade ao redor o que é pregado por Ashley (2005).

Carroll (1979) divide a responsabilidade social em quatro categorias: econômica, legal, ético e discricionário. As ações do ILBJ estão na categoria discricionária ao qual responde a ações voluntárias voltadas a comunidade.

Após algum tempo Carroll melhorou esta teoria com a ajuda de Schwartz e dividiu a responsabilidade social no modelo dos três domínios. Este modelo é constituído pela atribuição ética, económica e legal.

Conforme o modelo acima o ILBJ está inserido na atribuição económica porque contribui com a imagem positiva da construtora Celi, o que é um ativo intangível. A atribuição legal entra em contexto porque o ILBJ tem responsabilidade com a sociedade e por último a atribuição ética, que se refere a ações *consequencialistas* (produzir o bem social) e *deontológicas* (motivo das ações são entendidos como obrigatórios) (BARBIERI; CAJAZEIRA, 2009).

Rico (2004) defende a importância da divulgação das ações de responsabilidade social, isso é realizado pelo ILBJ através do site da instituição e de panfletagem no período de inscrição, fazendo com que vários jovens tenham acesso.

A motivação para as ações sociais realizadas pelo ILBJ é o princípio, que de acordo com Tenório (2006) esta motivação é a mais duradora, pois está inserida dentro da cultura da instituição.

Os valores éticos também são trabalhados dentro da instituição, desta maneira o ILBJ consegue ensinar aos os três sentidos éticos defendidos por Srour (2010): o sentido descritivo, prescritivo e o reflexivo. O sentido descritivo diz respeito do que é certo e errado; o sentido prescritivo diz respeito às normas e o sentido reflexivo dos princípios.

A ética é muito importante para criar pessoas melhores na sociedade, de acordo com Lima *et al.* (2012) a ética é responsável pela harmonia da sociedade, ela equilibra as ações das pessoas, ou seja, ela constrói uma sociedade mais harmoniosa.

Os programas desenvolvidos pelo ILBJ vão além da educação, pois envolve um trabalho para diminuir vários problemas sociais que chegam com os jovens, como problemas: familiares, violência, tráfico de drogas, entre outros.

Este incremento para aumentar a eficácia dos projetos é defendido por Silva (2017) que compreende a inclusão social como o fruto da relação entre o jovem e a sociedade. O autor ainda pontua que para a inclusão acontecer é necessário estudar todos os problemas que causam a exclusão.

Dessa forma não basta só combater um problema social como a falta de educação de qualidade, pois para ser eficiente é necessário estudar todos os problemas sociais que são enfrentados pelos jovens. Essa visão é percebida no trabalho do ILBJ que passou a desenvolver projetos que vão além de ações filantrópicas, dessa forma desenvolvendo responsabilidade social.

Tenório (2006) defende uma relação harmoniosa entre as empresas e a sociedade, enquanto as empresas lucram com o fornecimento de bens e serviços à população, ela deve também ajudar a diminuir os problemas sociais. Essa cobrança moral ganhou mais força, após a cobrança de consumidores por posturas mais sociais das empresas.

Para a ampliação e melhoria dos seus projetos, o ILBJ buscou o apoio do Ministério Público de Sergipe, a delegacia de vulneráveis e da Coordenadoria da Mulher do TJSE.

O Estado tem o dever de atuar para combater os problemas sociais ocasionados pelas disparidades sociais, todavia segundo Borba e Lima (2011) a maioria dos projetos sociais desenvolvidos pelo Estado são assistencialistas, dessa forma eles dão o peixe e não ensinam a pescar, o que gera uma dependência do Estado e não combate com eficácia a exclusão, porque os programas ao invés de serem soluções são paliativos.

Porém dentro do contexto do ILBJ essas parcerias surgem para sanar problemas judiciais como a violência doméstica inclusão de alunos que cumprem medidas socioeducativas, entre outros, não existe de fato uma parceria para mudar a situação de vulnerabilidade dos alunos, principalmente porque não há parcerias com as secretarias de desenvolvimento social da prefeitura ou mesmo do Estado, ou seja, apesar de auxiliarem em problemas ilícitos que envolvam os alunos, não existe um envolvimento maior das autoridades aracajuanas para impactar nas ações sociais desenvolvidas pelo ILBJ.

5.3 IDENTIFICAÇÃO DAS CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS DECORRENTES DA ATIVIDADE DO INSTITUTO LUCIANO BARRETO JÚNIOR

Os projetos do ILBJ têm como consequência minimizar os problemas sociais para os jovens assistidos. Com isso, a diretora do ILBJ afirma:

Existe um impacto social, econômico, pessoal, além da melhoria na qualidade humana dos jovens, que muitas vezes entram sem nenhuma perspectiva.

O ILBJ fornece além do seu programa pedagógico, informações sobre problemas sociais que são bem recorrentes entre os jovens. A diretora do ILBJ retrata:

Existe a preocupação em fornecer aos jovens informações e palestras durante o ano inteiro, sobre doenças sexualmente transmissíveis, gravidez na adolescência, primeiros socorros e drogas. Existem palestras que podem ser realizadas através das demandas percebidas no acolhimento dos jovens que são de dois meses após o ingresso do mesmo no ILBJ.

Em janeiro de 2018 o ILBJ comemorou 15 anos de ações sociais para melhoria de vida dos jovens sergipanos, foram mais de 12 mil jovens assistidos. Ex-alunos retratam o impacto do ILBJ na sua vida, como incentivo para a continuidade dos estudos e na obtenção de emprego, além da abertura para novos mundos aos quais eles adquiriram um conhecimento para pensar e agir mais criticamente em sociedade (ILBJ, 2020).

Quadro 5 - Depoimentos sobre o ILBJ

Depoimentos sobre o ILBJ	
Ex-aluno 1	Estudar no ILBJ abriu vários caminhos para que eu pudesse realizar meus sonhos. Caminhos imaginários, psicológicos, culturais e emocionais que foram descobertos por meio das diversas formas de educação que o instituto utiliza. Educação que, além de preparar o jovem para o mundo do trabalho, o prepara para a vida. O instituto foi essencial na minha trajetória até a faculdade de medicina. Um sopro de esperança que me ensinou a ser uma pessoa técnica e, principalmente, um ser humano melhor.
Ex-aluno 2	Foi por meio do ILBJ que hoje cresci. Meu primeiro emprego foi por meio de uma seleção que fiquei sabendo enquanto estudava o Conectando com a Vida e ter no currículo o curso foi um diferencial para que fosse escolhido para a vaga. Hoje tenho minha profissão, estoquista, justamente por ter participado desse projeto. Tenho orgulho de falar para todos que sou ex-aluno do Instituto Luciano Barreto Júnior.
Pai de aluno	Eu amo essa instituição, para mim a melhor coisa que fiz foi ter inscrito meus dois filhos, e agradeço muito o aprendizado que eles tiveram. Meu primeiro filho saiu direto pra um emprego, é a minha filha está melhorando os estudos e no comportamento também em casa, que Deus abençoe a todos que fazem parte dessa instituição.

Fonte: Adaptado de ILBJ (2020)

O objetivo principal do ILBJ é promover a capacidade dos jovens assistidos através da educação, ou seja, a principal consequência social é a inclusão dos jovens através da educação.

Conforme Cardoso (2018) é grande o número de jovens desempregados, principalmente porque as empresas não contratam jovens com pouca qualificação, o que agrava ainda mais a situação dos jovens brasileiros, porque para adquirir qualificações é necessário investir nos estudos, o que é impossível para a realidade financeira que eles vivem.

Neste contexto o ILBJ inclui nos seus projetos além do reforço escolar, matérias como informática e inglês para aumentar a oportunidade de trabalho para seus assistidos.

O comprometimento da sociedade defendido por Ashley (2005) é observado do ILBJ, visto que seus projetos permitem a melhoria de vida de jovens aracajuanos, ou seja, melhora a sociedade.

As ações sociais do ILBJ diminuem as disparidades sociais dos jovens aracajuanos e em contrapartida a sociedade possui uma imagem positiva da instituição, o que é muito importante, pois segundo Ponchirolli (2007) a imagem é um ativo intangível.

Com a sua responsabilidade social o ILBJ é um exemplo para as demais organizações sergipanas, como a criação de um instituto para realizar ações sociais deixa de ser caridade e se transforma numa vantagem competitiva (CARVALHO, 2013).

Com a programação multidisciplinar e de maior durabilidade dos seus projetos o ILBJ abandona a ideia de caridade das ações sócias, o que é expressada por Tenório (2006) que considera uma evolução da responsabilidade social.

Ethos (2018) descreve que através da responsabilidade social as organizações conseguem o reconhecimento da sociedade. É notório o reconhecimento da sociedade aracajuana e ainda existe vários prêmios que a construtora Celi ganhou em graças ao ILBJ, entre eles os prêmios de construtora com responsabilidade social de 2009, 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014 do top correio.

As ações sociais permitem ao ILBJ o fortalecimento da sua imagem, o que muito importante pois é um ativo intangível, além do retorno social dos alunos, pais de alunos e da sociedade aracajuana (MELO NETO; FROES, 1999).

A inserção da ética dentro da instituição é defendida por Llatas e Silva Júnior (2005), pois ajudam a criar um ambiente mais favorável dentro de uma instituição e ainda melhora o relacionamento interpessoal o que é relevante no ILBJ, que acolhe vários jovens com características e histórias diferentes.

De acordo com os mesmos autores outro ponto destacado sobre a inclusão da ética é a abolição do racismo, da intolerância religiosa e do preconceito, principalmente dentro de uma instituição que acolhe jovens que enfrentam diariamente vários tipos de discriminação.

5 CONCLUSÕES

Esta pesquisa teve como objetivo geral descrever como as ações sociais do Instituto Luciano Barreto Júnior impactam na inclusão social de jovens e adolescentes na cidade de Aracaju-SE. Desta maneira três objetivos específicos foram traçados para conduzir o presente trabalho.

O primeiro objetivo específico da pesquisa procura **caracterizar os perfis dos jovens que são atendidos pelo Instituto Luciano Barreto Júnior**. Diante dos dados coletados verificou-se que os jovens são de baixa renda, possuem idade entre 14 e 24 anos e vivem em risco social.

Esses jovens vivem com vários problemas sociais como violência, tráfico de drogas, famílias desestruturadas, falta de condições básicas de moradia e por último, a falta de uma educação de qualidade.

O segundo objetivo específico buscou **identificar o papel do Instituto Luciano Barreto Júnior**. A partir da coleta de dados percebeu-se que o papel do ILBJ é realizar as ações de responsabilidade social da construtora Celi. Através dos seus projetos multidisciplinar o instituto ameniza as desigualdades sociais de jovens pobres, dando a oportunidade de serem inseridos dentro da sociedade através da educação.

Outro papel importante do instituto é a sua formação ética, o que é muito relevante para a construção de jovens melhores com maior respeito ao outro, o que contribui para a construção de uma sociedade melhor, com menos discriminação, racismo e intolerância.

O terceiro e último objetivo pautou **identificar quais as consequências sociais decorrentes da atividade do Instituto Luciano Barreto Júnior**. Diante da pesquisa de dados verificou o aumento da oportunidade de conseguir emprego através do ILBJ é muito significativo na vida dos assistidos, pois eles são oriundos de famílias muito pobres e necessitam contribuir com a renda familiar e muitas vezes são submetidos a subempregos que impedem que eles continuem o estudo.

Ainda o reconhecimento das ações sociais do ILBJ aumenta a sua visibilidade o que possibilita atingir um maior número de jovens e além disso, consolida a imagem da Construtora Celi, o que incentiva outras empresas a adotarem práticas socialmente responsáveis.

O problema de pesquisa foi definido **como as ações sociais do Instituto Luciano Barreto Júnior impactam na inclusão social de jovens e adolescentes na cidade de**

Aracaju-SE. A partir dele e de todos os problemas sociais que existem nas vidas dos assistidos do ILBJ, as ações sociais entram em contexto para dar um rumo diferente na vida dos alunos. O ILBJ além de proporcionar reforço escolar ele ainda incentiva a continuação dos estudos e a obtenção de um emprego.

Essa fase de acolhimento do ILBJ é muito importante, pois é essa fase que os jovens entram na instituição é decisiva para eles traçarem um futuro digno. O acolhimento do ILBJ permite uma construção ética dos seus assistidos. Além disso, existe um estudo para amenizar a maioria dos problemas sociais trazidos pelos alunos, desta maneira, os programas sociais conseguem realizar a inclusão social com mais eficiência.

O ILBJ atua com seus projetos sociais para a transformação da vida dos seus assistidos dando ênfase principalmente a educação como um transformador social. O trabalho desenvolvido pelo ILBJ vai além de ações filantrópicas, proporcionando uma maior cobertura dos problemas sociais dos seus assistidos.

A principal consequência social do ILBJ é a inclusão social, dentro da instituição existe uma força tarefa para passar além da educação, preceitos éticos, palestras sobre assuntos cotidianos como DST e drogas, entre outros.

As parcerias do ILBJ com o Tribunal de Justiça de Sergipe, o Ministério Público de Sergipe e a delegacia de vulneráveis auxilia o ILBJ em problemas jurídicos que ocorrem com os estudantes, porém não existe um maior aprofundamento visto que estas instituições não trabalham diretamente para resolver problemas sociais.

O ILBJ possui uma imagem prestigiada dentro da sociedade aracajuana e em contrapartida ela investe na melhoria de vida dos jovens, diminuindo a marginalidade, a falta de oportunidade desses jovens, a perspectiva de melhorarem de vida, ou seja, melhorando a sociedade aracajuana.

5.1 DIFICULDADES E LIMITAÇÕES DA PESQUISA

A pesquisa apresentou algumas dificuldades e limitações durante o seu desenvolvimento. Com relação à primeira dificuldade, ela existiu pelo fato de haver um reduzido acervo literário que trate com profundidade a responsabilidade social.

Outra dificuldade foi o acesso aos alunos que na sua maioria são menores de idade.

5.2 SUGESTÕES PARA PESQUISAS FUTURAS

Como sugestão para possíveis pesquisas acerca do comportamento do empreendedor:

- a) Realização de estudo sobre a percepção da comunidade em relação as práticas de responsabilidade social do ILBJ;
- b) Realização de consulta da imagem da construtora Celi em relação às ações de responsabilidade social praticada pelo ILBJ;
- c) Realização de um mapeamento da responsabilidade social no Estado de Sergipe.

REFERÊNCIAS

- ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISO 26000: diretrizes sobre responsabilidade social**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4249065/mod_folder/content/0/NBRISO26000.pdf?forcedownload=1. Acesso em: 29 dez. 2017.
- ABRINQ. **Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente**. 2019. Disponível em: <https://www.fadc.org.br/a-fundacao#sobre-nos>. Acesso em: 16 de nov. de 2019.
- ALBAREDA, L.; LOZANO, J. M.; YSA, T. Public policies on corporate social responsibility: the role of governments in Europe. **Journal of Business Ethics**, v. 74, p. 391-407, Sep. 2007. Disponível em: < <http://www.springerlink.com.w10002.dotlib.com.br/content/66112v7r4ru8tpl3/fulltext.pdf> >. Acesso em: 02 mar. 2018.
- ALBUQUERQUE, J. de L. **Gestão Ambiental e Responsabilidade Social: conceitos, ferramentas e aplicações**. São Paulo: Atlas, 2009.
- ALESSIO, R. Responsabilidade social das empresas no Brasil: reprodução de posturas ou novos rumos? **Revista Virtual Textos & Contextos**, nº 2, dez. 2003. Disponível em: < <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/952/732> >. Acesso em: 10 ago. 2018.
- ALMEIDA, T. N. V.; AZEVEDO, A. N. S.; SILVA, P. K. de M.; ALEXANDRE, M. L. de O. Referenciamento social nas pesquisas em administração: estudo com dissertações de uma universidade federal. **PRETEXTO**, Belo Horizonte, v. 12 ,n. 2, p. 32 – 46, abr. /jun. 2011 Disponível em: <http://www.fumec.br/revistas/pretexto/article/view/664>. Acesso em: 12 jan. 2019.
- ANDRADE, Z. A. F. A Gestão da Ética Organizacional: possibilidades de atuação dos profissionais de comunicação organizacional e relações públicas. In: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2009, Curitiba. **XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Curitiba/PR, 4 a 7 de setembro de 2009. Disponível em: < <http://intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-3773-1.pdf> >. Acesso em: 12 jan. 2018.
- ARAÚJO, F. J. 2003. Auditando o balanço social. **Revista Brasileira de Contabilidade**, XXXII (140): 83-89.
- ASHLEY, P. A. **Responsabilidade social empresarial: um modelo genérico para análise e orientação estratégica**. In: ASHLEY, P. A. (Coord.). **Ética e responsabilidade social nos negócios**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
- ASHLEY, P. A. **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva. 2003.
- AZEVEDO, J. B.; ENDE, M. V.; WITTMANN, M. L. Responsabilidade social e a imagem corporativa: o caso de uma empresa de marca global. **Revista Eletrônica de Estratégia &**

Negócios, Florianópolis, v. 9, n. 1, jan./abr. 2016. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/EeN/index>. Acesso em: 29 dez. 2019.

BARBIERI, J. C.; CAJAZEIRA, J. E. R. **Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável: da teoria à prática**. São Paulo, SP: Saraiva, 2009. p. 53-. ISBN 9788502075764.

BARBOSA, L. P. A responsabilidade social das empresas no Brasil. **Revista Sociedade em Debate**, Pelotas – RS, v. 9, n. 3, dez. 2003.

BECKER, K. L. **Uma análise econômica da relação entre a educação e a violência**. 2012. Tese (Doutorado em Ciências) - Economia Aplicada da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq), Universidade de São Paulo, Piracicaba. 2012. Disponível em: < www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde.../Kalinca_Leia_Becker.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2018.

BIASETTO, B. Unicef aponta que 44% dos brasileiros menores de 18 anos têm direitos descumpridos. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 12 nov. 2019. Sociedade. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/unicef-aponta-que-44-dos-brasileiros-menores-de-18-anos-tem-direitos-descumpridos-1-24075715>. Acesso em: 16 de nov. de 2019.

BIANCHI, M.; FAÉ, M. D; GELATTI, R.; ROCHA, J. M. L. A responsabilidade social como parte integrante da cultura organizacional em empresas socialmente responsáveis: Análise de conteúdo entre a prática e o discurso. **R. eletr. estrat. neg.**, Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 160-191, jan./abr. 2013. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/EeN/index>. Acesso em: 05 dez. 2018.

BLEIL, C.; GATTO, J.; LOPES, J. G.; SAUER, L. L. de M. Balanço Social no Setor Público: um estudo de caso em uma Prefeitura Municipal. **RACI-Revista de Administração e Ciências Contábeis do IDEAU**. Vol.6, n.12, Janeiro – Junho, 2011. ISSN 1809-6212. Disponível em: < https://www.ideau.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/70_1.pdf >. Acesso em: 05 nov. 2018.

BORBA, A. A.; LIMA, H. M. Exclusão e inclusão social nas sociedades modernas: um olhar sobre a situação em Portugal e na União Europeia. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 106, p. 219-240, abr./jun. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n106/n106a03.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2019.

BORCHARDT, H. **UM ESTUDO SOBRE AS INFORMAÇÕES QUE AS EMPRESAS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA EVIDENCIAM NO BALANÇO SOCIAL ENQUANTO INSTRUMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE SUA RESPONSABILIDADE SOCIAL**. 2002. Dissertação (Mestre em Administração)- Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/83328/186233.pdf?sequence=1>. Acesso em: 12 jan. 2018.

BORJA, R.P. **Ética & educação ambiental: Estudo da percepção ambiental da alta administração das agências de viagem do Estado de Sergipe**. 2010. Dissertação (Mestrado em

Desenvolvimento e Meio Ambiente)-Núcleo de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão.

CALIXTO, L. Responsabilidade Socioambiental: Pública ou Privada? In: ENCONTRO DA ANPAD, 31, 2007, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro – RJ, 2007. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/APS-C747.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2018.

CARDOSO, A. Transições da escola para o trabalho no Brasil: persistência da desigualdade e frustração de expectativas. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 3, p. 569-616, 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=21815805002>. Acesso em: 23 jun. 2018.

CARVALHO, L. S. **Análise de stakeholders como estratégia de relacionamento externo: estudo de caso em uma empresa de mineração em Minas Gerais**. 2013. 101 f. Dissertação (mestrado) - curso de administração, Universidade Federal De Lavras - UFLA, Lavras, 2013.

CARROLL, A. B. A three-dimensional conceptual model of corporate performance. **Academy of Management Review**, 1979, p. 497–505. doi: 10.5465/AMR.1979.4498296.

CARROLL, A. **Corporate social responsibility: evolution of a definitional construct**. **Business and Society**, 1999.

CASTRO, L. M. de. **Os Investimentos em Ações de Responsabilidade Social e o seu Impacto no Desempenho Organizacional: Um Estudo Multicasos**. 5º Caderno de Iniciação Científica PAIC/2004. Curitiba: FAE Business School, 2004.

CAVALCANTI, B.; NOBREGA, B.; CAMPOS, L. Educação brasileira e seu investimento após teto de gastos. **AUN - AGÊNCIA UNIVERSITÁRIA DE NOTÍCIAS**. 2018. Disponível em: < <https://paineira.usp.br/aun/index.php/2018/02/19/educacao-brasileira-e-seu-investimento-apos-teto-de-gastos/> >. Acesso em: 23 jun. 2018.

CIEE – Centro de Integração Empresa-Escola. **Revista Agitação**, Brasília, ano V, n. 30, out./dez. 1999.

CIMBALISTA, S. **Responsabilidade Social: um novo papel das empresas**. ANÁLISE CONJUNTURAL, v.23, n. 5-6, p.12, maio/jun. 2001. Disponível em: <http://www.ead.aedb.br/joomla/mat35/images/artigos/responsabilidadeempresas.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2018.

CLEMENTE, A.G.; LUNARDI, V. R. A Evolução da RSC no Brasil entre as Empresas com Cotação na Bovespa. **REPeC - Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, ISSN 1981-8610, Brasília, v.6, n.1, art. 6, p. 90-111, jan./mar. 2012. Disponível em: <http://www.repec.org.br/index.php/repec/article/view/212/573>. Acesso em: 8 set. 2019.

COLTRO, A. **Ética e responsabilidade social corporativa: questões contemporâneas**. São Paulo: Conhecimento & Sabedoria, 2004.

COSTA, C.L. de L.; MELLO, L.C.B. de B.; GUIMARÃES, T.R. OS POSSÍVEIS BENEFÍCIOS GERADOS PELA OBRIGATORIEDADE DA PUBLICAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DO

VALOR ADICIONADO PELAS EMPRESAS DE CAPITAL ABERTO. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ (online)**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 77 - p. 93, set/dez., 2013. ISSN 1984-3291. Disponível em: <<http://atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/UERJ/article/view/1903/1749>>. Acesso em: 05 nov. 2018.

COSTA, C. S.; VISCONTI, G. R. **EMPRESAS, RESPONSABILIDADE CORPORATIVA E INVESTIMENTO SOCIAL**. AS/GESET RELATO SETORIAL N° 2, março, 2000. Disponível em :https://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/relato/social01.pdf. Acesso em: 28 nov. 2018.

COSTA, L. F. de M. A transversalidade da ética. **Revista de Ciências Médicas e Biológicas: Universidade Federal da Bahia**, Salvador, v. 2, n. 2, p. 283-286, jul./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.crorj.org.br/fiscalizacao/ETICA%20TRANSVERSALIDADE.pdf>> . Acesso em: 12 jan. 2018.

COSTA, M. A. N. Fazer o bem compensa? Uma reflexão sobre a responsabilidade social empresarial. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, p.16, 2005. Disponível em: <http://rccs.revues.org/956>. Acesso: 04 jan. 2019.

CRUZ, B. de P. A. Ensinando Responsabilidade Social para Administradores: Um Enfoque Gerencial Contextualizado às Características Brasileiras. *In*: IV Encontro de Estudos em Estratégias, 2009, Recife. **ANPAD**. Recife, 2009. Disponível em: <https://docplayer.com.br/7611221-Ensinando-responsabilidade-social-para-administradores-um-enfoque-gerencial-comtextualizado-as-caracteristicas-brasileiras.html>. Acesso em: 12 jan. 2018.

DAHER W. M.; OLIVEIRA, M. C.; PONTE, V. M. R. Responsabilidade Social Corporativa Segundo o Modelo de Hopkins: Um Estudo nas Empresas do Setor Energético do Nordeste Brasileiro. **Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração**, setembro, Salvador, 2006. Disponível em: <<https://www.anpad.org.br/admin/pdf/enanpad2006-apsoc-0576.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2018.

DANTAS, F. BALANÇO SOCIAL E A RESPONSABILIDADE SOCIAL NAS EMPRESAS. **Revista de Ciências Gerenciais**, São Paulo, v. 15, n. 21, 2011. Disponível em: <https://docplayer.com.br/7611519-Balanco-social-e-a-responsabilidade-social-nas-empr-esas.html>. Acesso em: 12 jan. 2018.

DOWBOR, L. **Gestão social e transformação da sociedade**. *In*: DOWBOR, L.; KILSZTAJN, S. (Org.). Economia social no Brasil. São Paulo: Ed. Senac, 2001. p. 17-41. Disponível em: <https://adm.ufersa.edu.br/wp-content/uploads/sites/18/2014/10/20050620_sociedade.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2018.

ENERGISA. **Educação**. 2019. Disponível em: <http://grupoenergisa.com.br/paginas/inovacao-e-sustentabilidade/sustentabilidade/educacao.aspx>. Acesso em: 16 de nov. de 2019.

ETHOS. **Como as empresas podem (e devem) valorizar a diversidade**. São Paulo: 2001. Disponível em: <https://www.ethos.org.br/wp-content/uploads/2012/12/30.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2018.

ETHOS. **Instituto Ethos**. 2018. Disponível em: <https://www3.ethos.org.br/conteudo/sobre-o-instituto/#.WlwCx7ynHIV>. Acesso em: 14 jan. 2018.

FILHO, C. A. P. M. **Responsabilidade Social Corporativa e a Criação de Valor para as Organizações: Um Estudo Multicascos**. 2002. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Universidade de São Paulo, São Paulo.

FILHO, J. M. de S.; ABREU, M. C. S.; WANDERLEY, L. S. O. Governança da Responsabilidade Social e Vantagem Competitiva: O Caso Petrobrás / Lubnor. **X SEMEAD**. 2017. Disponível em: <<http://sistema.semead.com.br/10semead/sistema/resultado/trabalhosPDF/429.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2018.

FRANCO, D. S.; MAGALHÃES, A. F.; PAIVA, K. C. M. de ; SARAIVA, L. A. S. ENTRE A INSERÇÃO E A INCLUSÃO DE MINORIAS NAS ORGANIZAÇÕES: Uma análise crítica sob o olhar de jovens trabalhadores. **E&G Economia e Gestão**, Belo Horizonte, v. 17, n. 48, set./dez. 2017.

FREGUETE, L. M.; NOSSA, V.; FUNCHAL, B. Responsabilidade Social Corporativa e Desempenho Financeiro das Empresas Brasileiras na Crise de 2008. **RAC**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, art. 4, p. 232-248, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rac/v19n2/1415-6555-rac-19-02-00232.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2019.

Gil, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. ISBN 978-85-224-5142-5.

Gil, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. ISBN 85-224-3169-8.

GIROLETTI, D. A.; SILVA, O. L.; LIMA, R. de J. C. Promoção social de jovens e adolescentes: parceria da Cruz Vermelha Brasileira com a UFMG . **Revista Gestão & Tecnologia**, Pedro Leopoldo, v. 16, n. 3, p. 219-243, set./dez. 2016.

GLOBO. **Criança Esperança**. 2019. Disponível em: <https://redeglobo.globo.com/criancaesperanca/noticia/duvidas-frequentes-crianca-esperanca.ghtml>. Acesso em: 16 de nov. de 2019.

GOMES, A.; MORETTI, S. **A responsabilidade e o social**: uma discussão sobre o papel das empresas. São Paulo: Saraiva, 2007.

HELENO, M. L. L. **Avaliação do impacto da implementação da responsabilidade social através das relações com os Stakeholders**. 2008. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2008. Disponível em: Acesso em: 10 maio 2018.

HESSEL, R. **Educação perde R\$ 4,3 bilhões com corte no Orçamento.** Correio Braziliense. 2017. Disponível em: < https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2017/04/01/internas_economia,585320/educacao-perde-r-4-3-bilhoes-com-corte-no-orcam ento.shtml >. Acesso em: 25 jun. 2018.

ILBJ. **Instituto Luciano Barreto Júnior.** 2018. Disponível em: <<http://www.ilbj.org.br/>> Acesso em: 16 de jan. de 2018.

INKOTTE, A. L. **Marketing de Ação Social e Percepção de Valor: Do Plano Tático para o Estratégico.** Tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2000. Disponível em: < <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/86297/199644.pdf?sequence=1&isAllowed=y> >. Acesso em: 25 jun. 2018.

INSTITUTO ETHOS. **Responsabilidade Social das Empresas: a contribuição das universidades.** São Paulo: Peirópolis: 2003a. v. II.

IPEA. **IPEA: EDUCAÇÃO, DESIGUALDADE E REDUÇÃO DA POBREZA NO BRASIL.** Brasília. 2019. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>. Acesso em: 26 agos. 2019.

IRIGARAY, H. A. R.; VERGARA, S. C.; SANTOS, M. C. F. Responsabilidade social corporativa: um duplo olhar sobre a Reduc. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 14, n. 6, p. 82-111, 2013.

IBGE. **PNAD Contínua: taxa de desocupação cai em 11 das 27 UFs no 2º trimestre de 2017.** Disponível em: < <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2013-agencia-de-noticias/releases/15693-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-cai-em-11-das-27-ufs-no-2-trimestre-de-2017.html> >. Acesso em: 23 jun. 2018.

KON, A. Responsabilidade Social das Empresas como Instrumento para o Desenvolvimento: A função da política pública. **Revista Planejamento e Políticas Públicas – PPP**, Brasília, n. 41, jul./dez. 2013.

KOTLER, Philip. **Administração de Marketing: Análise, Planejamento, Implementação e Controle.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1993.

KREITLON, M. P. A Ética nas Relações entre Empresas e Sociedade: Fundamentos Teóricos da Responsabilidade Social Empresarial. *In*: ENANPAD, 2004, Curitiba, **Anais XVIII ENANPAD**, Rio de Janeiro, ANPAD, 2004.

KROETZ, C. E. S. 2000. **Balanco social: teoria e prática.** São Paulo, Atlas, 162 p.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LENNAN, M.L.F.M.; SEMENSATO, B.I.; OLIVA, F.L. Responsabilidade Social Empresarial: Classificação das Instituições de Ensino Superior em Reativas ou Estratégicas sob a Ótica da

Governança Corporativa. **REGE**, São Paulo, v. 22, n. 4, p. 457-472, out./dez. 2015. Disponível em: < 300082449_RESPONSABILIDADE_SOCIAL_EMPRESARIAL_CLASSIFICACAO_DAS_INSTITUICOES_DE_ENSINO_SUPERIOR_EM_REATIVAS_OU_ESTRATEGICAS_SOB_A_OTICA_DA_GOVERNANCA_CORPORATIVA>. Acesso em: 05 nov. 2018.

LIMA, A. A. P.;MELLO,L.C. de O.;PESSOA,M.N.M.;CABRAL,A.C.A.;REBOUÇAS,S.M. D.P.;SANTOS,S.M. dos S. Análise da relação entre os investimentos socioambientais e o desempenho econômico-financeiro das organizações: um estudo no setor de energia elétrica do Brasil. *In*: CONGRESSO ANPCONT, 5, 2011, Vitória. **Anais...** V Congresso ANPCONT, 2011.

LIMA, A. P. L.; BRASILEIRO, F. S.; MENEZES, I. P. de M.; GARCIA, J. C. R. Conceitos, práticas e desafios da responsabilidade social na produção científica. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 2, n. 2, p. 30-42, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pgc>. Acesso em: 12 jan. 2019. ISSN: 2236-417X.

LLATAS, M. V.; SILVA JÚNIOR, W. J. Algumas reflexões sobre ética nas organizações. **Revista Organizações em Contexto**, v. 1, n. 2, p. 9-24, 2005. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/21985/algumas-reflexoes-sobre-etica-nas-organizacoes>. Acesso em: 17 agos. 2020.

LYRA, F. R.; BUENO, G.; SOUZA, M. J. de S.; ALBERTON, A.; MARINHO, S. V. Fazer o bem sem olhar a quem: o caso do parque Beto Carrero World. **REAd**, Porto Alegre, edi. 86, n. 1, Janeiro / Abril, 2017, p. 234 – 251. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-23112017000100234&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 12 jan. 2019.

MACEDO, M.; CRUZ, C.; FERREIRA, A. Índice de desenvolvimento sustentável: uma análise apoiada em DEA para os municípios do Estado do Rio de Janeiro. **Gestão & Regionalidade**, v. 27, p. 19-31, 2011.

MACHADO FILHO, C. P. **Responsabilidade Social e Governança: o debate e as implicações**. 1. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

MARTINS, M. **Temer reduz programas sociais para compensar queda do diesel**. Carta Capital. 2018. Disponível em: < <https://www.dci.com.br/economia/em-5-anos-governo-federal-cortou-66-dos-investimentos-em-educac-o-1.704518> >. Acesso em: 25 jun. 2018.

MARTINS, T. de J. da S.; MELO, M. A. JOVENS EGRESSOS DO PROJÓVEM: reflexões sobre significados atribuídos à experiência de escolarização em um programa de inclusão social. **Revista Educação e Emancipação**, São Luís, v. 9, n. 3, ed. especial, jul./dez. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.18764/2358-4319.v9n3p62-88>.

MAXIMINIANO, A. C. **Introdução à administração**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MELO NETO, F. P. de; FROES, C. **Responsabilidade social e cidadania empresarial**. Rio de Janeiro: Qualitymark Editora, 1999.

MENEGASSO, M.E. **Responsabilidade social das empresas: um desafio para o Serviço Social**. São Paulo, 2001.

MILANI FILHO, M.; CORRAR, L. J.; MARTINS, G. A. **O voluntariado nas entidades filantrópicas paulistanas: O valor não registrado contabilmente**. Contabilidade, Gestão e Governança, América do Norte, 6, out. 2009. Disponível em: <http://www.cggamg.unb.br/index.php/contabil/article/view/200>. Acesso em: 06 jan. 2018.

NEGRA, C. A. S.; TEIXEIRA, F. S.; CARMO, R. F. 2002. O balanço social na gestão das instituições de ensino superior. **Revista Brasileira de Contabilidade**, 138 (6), 69- 87.

OLIVEIRA, B. C. de O. ;OLIVEIRA, J. D. ; OLIVEIRA, L. G. L. ;OLIVEIRA, M. C. ;ANDRADE, M. C. de; MARQUES, M.V. Responsabilidade social corporativa: um estudo de caso de empresas exportadoras cearenses do setor calçadista. **Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, v. 4, n. 1, p. 17-28, jan./jun., 2006.

OLIVEIRA, J. **Empresas na sociedade: sustentabilidade e responsabilidade social**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

OLIVEIRA, M. C. R. de. **O processo de inclusão social na vida de adolescentes em conflito com a lei**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

PASQUALI, K. da S.; VESCO, D. G. D. Responsabilidade Civil do Contador: Estudo sob Enfoque do Novo Código Civil de 2002 na Perspectiva da Ética Profissional. **Contabilidade, Gestão e Governança**, Brasília, v. 19, n. 2, p. 292-316, mai./ago. 2016. Disponível em: <https://cgg-amg.unb.br/index.php/contabil/article/download/1034/pdf>. Acesso em: 10 jan. 2018.

PONCHIROLI, O. **Ética e responsabilidade social empresarial**. Curitiba, PR: Juruá, 2007. 151 p. ISBN 9788536217284.

REIS, A. dos; GIACOMINI FILHO, G. Indicadores de Responsabilidade Social: estudo comparativo entre empresas públicas e privadas, baseado no balanço social IBASE. **Revista de Ciências da Administração**, Santa Catarina, v. 10, n. 22, p. 171-185, set./dez. 2008.

REIS, C. N.; MEDEIROS, L. E. **Responsabilidade social das empresas e balanço social: meios propulsores do desenvolvimento econômico e social**. São Paulo: Atlas, 2009.

RIBEIRO, Á. M. L. **RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL: percepções e possibilidades**. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais– PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte. Disponível em: < http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/CiencSociais_RibeiroAM_1.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2018.

RICO, E. M. A Responsabilidade Social Empresarial e o Estado: uma aliança para o desenvolvimento sustentável. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo – SP, v. 18, n. 4, p. 73-82, 2004.

RUTESKI, D. Estudo de caso: A importância da responsabilidade social na economia global. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v.7, n. 1, p. 48-69. 2013. ISSN 1980-7031. Disponível em: <http://rica.unibes.com.br/index.php/rica/article/viewFile/558/426>. Acesso em: 02 mar. 2018.

SALATI, P. **Em 5 anos, governo federal cortou 66% dos investimentos em educação**. Diário Comércio Indústria & Serviços. 2018. Disponível em: <<HTTPS://www.dci.com.br/economia/em-5-anos-governo-federal-cortou-66-dos-investimentos-em-educac-o-1.704518>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

SANTOS, C. **Complexo Poliesportivo Soledade: uma estratégia para a inclusão social**. Laranjeiras, Se, 2016. 1 CD-ROM Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Campus de Laranjeiras, Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2016. Disponível em: <https://www.ri.ufs.br/handle/riufs/7052>. Acesso em: 1 set. 2018.

SCHOLZ, C.; CARVALHO, M. do C. B.; AZEVEDO, M. J.; SANTOS, W. A. Jovem e trabalho. **Cadernos Cenpec**, nº5, 2008. Disponível em: <<http://cadernos.cenpec.org.br/cadernos./index.php/cadernos/article/viewFile/77/92>>. Acesso em: 8 jul. 2018.

SEMENSATO, B. I.; LENNAN, M. L. F. M.; OLIVA, F. L. Responsabilidade Social Empresarial: classificação das instituições de ensino superior em reativas ou estratégicas sob a ótica da governança corporativa. **REGE**, São Paulo, Brasil, v. 22, n. 4, p. 457-472, out./dez. 2015. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rege/article/view/111499>. Acesso em: 12 jan. 2019.

SENA, T. M. **CONSIDERAÇÕES SOBRE O PERFIL DOS AUDITORES DE BALANÇO SOCIAL**. 2005. Monografia (bacharel em Ciências Contábeis)- Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/124929/Contabeis294309.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 12 jan. 2019.

SERPA, D. A. F. ; FOURNEAU, L. F. Responsabilidade social corporativa: uma investigação sobre a percepção do consumidor. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 11, n. 3, p.83-103, 2007.

SILVA, C. L. da; SILVA, A. N. da; FALK, J. A. As Práticas de Responsabilidade Social Empresarial Relatadas nos Artigos Científicos dos Eventos da ANPAD no Período de 2002-2012. **REUNIR** – Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade ISSN: 2237-3667 – Vol. 3, n. 2, mai./ago., p. 124-143, 2013.

SILVA, E. C. **Governança corporativa nas empresas: guia prático de orientação para acionistas e conselho de administração; novo modelo de gestão para redução do custo de capital e geração de valor ao negócio**. São Paulo: Atlas, 2006.

SILVA, E. L. A INCLUSÃO SOCIAL DE JOVENS EM PROJETOS SOCIAIS RELACIONADOS À DANÇA: UMA BREVE REVISÃO. **Essentia**, Sobral, vol. 17, suplemento 1, p. 24 –34, 2017.

STAKE, R. Case studies. *In*: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (eds.). **Handbook of qualitative research**. London: Sage, p. 435-454, 2000.

SROUR, R. H. **Ética empresarial**. Rio de Janeiro: ELSEVIER, 2008.

TERRA, C. F. **Tudo Pelo Social**: A Responsabilidade Social como uma das Atribuições de Relações Públicas. 2004. Monografia (pós-graduação lato sensu Gestão Estratégica de Comunicação Organizacional e Relações Públicas) Escola de Comunicações e Artes- Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Carolina_Terra/publication/268058665_Tudo_Pelo_Social_A_Responsabilidade_Social_como_uma_das_Atribuicoes_de_Relacoes_Publicas/links/555b975008ae91e75e7665d3/Tudo-Pelo-Social-A-Responsabilidade-Social-como-uma-das-Atribuicoes-de-Relacoes-Publicas.pdf. Acesso em: 12 jan. 2019.

TINOCO, J. E. P. **Balanco social**: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações. São Paulo, Atlas, 248 p. 2001.

TRASFERETTI, J. **Ética e responsabilidade social**. 4. ed. Campinas, SP: Alínea, 2011. 131 p. ISBN 9788575164693.

TODESCAT, M.; DIAS JÚNIOR, C. M.; MOREIRA, B. C. M. A utilização de indicadores de Responsabilidade Social para caracterização de aglomerados produtivos. **Revista de Administração FACES Journal**, v. 12, n. 4, p. 67-83, 2013.

VENTURA, V.L. da S.; PINHO, M.S.; RIGOLON, G.J.; SILVA, D. da . A relação dos consumidores com as empresas: avaliação da importância e recompensa dos consumidores pela postura empresarial ética e socialmente responsável. **Revista Capital Científico**, Guarapuava - PR, v.9, n.1 - jan./jun. 2011 - ISSN 2177-4153 Recebido em 01/01/2011 - Aprovado em 13/04/2011. Disponível em: <<http://revistas.unicentro.br/index.php/capitalcientifico/article/view/1085/0>>. Acesso em: 12 jan. 2018. ISSN: 2236-417X.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5 ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

ZACCARIOTTO, C. de C.; CHIARINOTTI, F.; CARVALHO, L.S. Fases da Responsabilidade Social Corporativa (RSC): A Evolução do Conceito de RSC. **Caderno Profissional de Administração – UNIMEP**, v.5, n.2, 2015. Disponível em: <<http://www.cadtecempa.com.br/ojs/index.php/httpwwwcadtecempa.combrojsindexphp/article/view/85/85>>. Acesso em: 3 jan. 2018.

APÊNDICE 1 – ROTEIRO PARA ENTREVISTA

- 1.Nome;
- 2.Cargo;
- 3.Curso de Graduação;
- 4.Tempo de Serviço;
- 5.Idade;
- 6.Qual é o objetivo do cargo?
7. Qual o perfil dos jovens atendidos pelo Instituto Luciano Barreto Júnior?
8. Qual a missão do Instituto Luciano Barreto Júnior?
9. Quais os objetivos do Instituto Luciano Barreto Júnior?
10. Qual o projeto Institucional?
11. Qual o papel da instituição que trabalha?
12. Quais os principais projetos do Instituto Luciano Barreto Júnior? Algum projeto obteve alguma premiação?
13. Existe algum projeto relacionado à saúde dos jovens?
14. Existem investimentos na qualificação profissional e pessoal do colaborador?
15. Existe incentivo a Incentivo à cultura?
16. Existe promoção da cidadania?
17. Quais as perspectivas dos jovens ao sair do Instituto Luciano Barreto Júnior?
18. Quais as consequências sociais decorrentes da atividade do Instituto Luciano Barreto Júnior?
19. Existem parcerias? Quais?
20. Como as parcerias atuam dentro do Instituto Luciano Barreto Júnior?